



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS UNIVERSITÁRIO PROF. ALBERTO CARVALHO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO (DEDI)**

**FORMANDO MÃES E DO LAR: A DISCIPLINA ESCOLAR ECONOMIA
DOMÉSTICA NO CURSO GINASIAL DA ESCOLA NORMAL RURAL MURILO
BRAGA (1955-1961)**

KAIANE REZENDE BARROS

**Itabaiana/SE
2025**

KAIANE REZENDE BARROS

**FORMANDO MÃES E DO LAR: A DISCIPLINA ESCOLAR ECONOMIA
DOMÉSTICA NO CURSO GINASIAL DA ESCOLA NORMAL RURAL MURILO
BRAGA (1955-1961)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de licenciatura em Pedagogia, do Departamento de Educação, da Universidade de Federal Sergipe, Campus Universitário Professor Alberto Carvalho, como requisito para a obtenção de grau de licenciado(a) em Pedagogia.

Orientação: Profa. Dra. Simone Paixão Rodrigues.

**Itabaiana/SE
2025**

KAIANE REZENDE BARROS

**FORMANDO MÃES E DO LAR: A DISCIPLINA ESCOLAR ECONOMIA
DOMÉSTICA NO CURSO GINASIAL DA ESCOLA NORMAL RURAL MURILO
BRAGA (1955-1961)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de licenciatura em Pedagogia, do Departamento de Educação, da Universidade de Federal Sergipe, Campus Universitário Professor Alberto Carvalho, como requisito para a obtenção de grau de licenciado(a) em Pedagogia.

Orientação: Profa. Dra. Simone Paixão Rodrigues.

Aprovada em: _____ de _____ de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Simone Paixão Rodrigues - DEDI/UFS

Prof. Dr. João Paulo Gama Oliveira - DEDI/PPGED/UFS

Profa. Dra. Sayonara do Espírito Santo Almeida – SEDUC

**Itabaiana/SE
2025**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os pesquisadores da História da Educação, que, com determinação e perseverança, superam obstáculos e analisam o passado com rigor, abrindo caminhos para um futuro científico promissor e inovador na área educacional.

AGRADECIMENTOS

Neste momento de conquista, sinto-me realizada ao finalizar mais uma etapa importante da minha vida acadêmica. Anos de dedicação, estudo e perseverança me trouxeram até aqui, e agora posso vislumbrar o tão sonhado título de professora. Portanto, expresso meus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram para a realização deste trabalho e durante minha jornada acadêmica:

Agradeço à **Deus**, pela força, sabedoria e inspiração que me permitiram superar os desafios e alcançar este objetivo. Não foi nada fácil, por vezes, pensei em desistir, mas Ele não permitiu, pois havia um caminho lindo a se trilhar. Palavras são insuficientes para expressar o quanto sou grata!

Aos meus pais (**Terezinha e Valdomício**), agradeço pelo apoio incondicional durante todo o esse período acadêmico. Sem vocês jamais poderia chegar até aqui, vocês são a minha maior inspiração. Eu os amo incondicionalmente!

Às minhas amigas (**Loury e Francielle**), sou grata pelo apoio, incentivo e amizade verdadeira. Vocês foram fundamentais nessa jornada e fazem parte desse processo. Muito obrigada, meninas!

Agradeço também à minha orientadora, **Prof^a. Dr^a. Simone Paixão Rodrigues**, pela orientação precisa e dedicada ao longo de todo o processo de pesquisa e elaboração deste trabalho. Assim como, agradeço ao **Prof. Dr. João Paulo Gama de Oliveira**, idealizador do projeto de salvaguarda do acervo realizado no Colégio Estadual Murilo Braga, que me permitiu adentrar no mundo da História da Educação e despertar a minha paixão pelas memórias educacionais.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, oferecendo apoio, sugestões e críticas construtivas.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a disciplina escolar Economia Doméstica, ministrada no curso ginásial da Escola Normal Rural Murilo Braga (ENRMB), entre os anos de 1955 e 1961, período da inclusão e do desaparecimento desta disciplina no currículo escolar da instituição. Tem como objetivo principal, analisar a referida disciplina no curso ginásial da ENRMB, com ênfase nos conteúdos ministrados. Este trabalho justifica-se pela importância de se ampliar o debate sobre essa disciplina na formação da juventude feminina ginásial, bem como contribuir para as discussões sobre currículo, história das disciplinas escolares, educação feminina e história da educação em Sergipe. O referencial teórico se fundamenta no conceito de disciplinas escolares analisado à luz dos estudos de André Chervel (1990), como também será realizada interlocução com o conceito de currículo examinado sob a ótica histórica das contribuições de Ivor Goodson (1997 e 2001). Seguindo um caminho metodológico do campo de pesquisa História da Educação em diálogo com a História das Disciplinas Escolares, o qual considerou a análise documental de fontes institucionais do acervo do Colégio Estadual Murilo Braga (CEMB), como cadernetas, atas, livros, boletins e outros documentos. A disciplina escolar Economia Doméstica foi fundamental na formação das mulheres brasileiras durante a época, reforçando os papéis tradicionais de gênero e contribuindo para a construção de uma identidade feminina específica.

Palavras- chave: Escola Normal Rural Murilo Braga. Economia Doméstica. História da Educação. Educação Feminina.

ABSTRACT

This research has as its object of study the school discipline Domestic Economics, taught in the gymnasium course of the Rural Normal School Murilo Braga (ENRMB), between the years 1955 and 1961, a period of inclusion and disappearance of this discipline in the school curriculum of the institution. Its main objective is to analyze the aforementioned discipline in the ENRMB gymnasium course, with emphasis on the contents taught. This work is justified by the importance of expanding the debate on this discipline in the formation of high school women's youth, as well as contributing to discussions on curriculum, history of school subjects, female education and history of education in Sergipe. The theoretical framework is based on the concept of school subjects analyzed in the light of the studies of André Chervel (1990), as well as dialogues with the concept of curriculum examined from the historical perspective of the contributions of Ivor Goodson (1997 and 2001). Following a methodological path of the History of Education research field in dialogue with the History of School Disciplines, which considered the documentary analysis of institutional sources from the collection of the Murilo Braga State College (CEMB), such as notebooks, recots, books, bulletins and other documents. The school discipline Domestic Economics was fundamental in the formation of Brazilian women during the time, reinforcing traditional gender roles and contributing to the construction of a specific female identity.

Keywords: Murilo Braga Rural Normal School. Domestic Economy. History of Education. Women's Education.

LISTAS DE QUADROS

Quadro 01	Currículos das instituições de ensino normal de Itabaiana, Aracaju e Simão Dias na década de 1960 -----	23
Quadro 02	Primeira turma do curso ginásial da ENRMB em 1950 -----	27
Quadro 03	Estatística de aproveitamento do curso ginásial da ENRMB - 1957 -----	28
Quadro 04	As disciplinas do curso ginásial da ENRMB - 1950, 1951, 1952 e 1953 -	34
Quadro 05	As disciplinas do curso ginásial da ENRMB - 1954, 1955, 1956 e 1957 -	35
Quadro 06	As disciplinas do curso ginásial da ENRMB - 1958, 1959, 1960 e 1961 -	36
Quadro 07	As disciplinas do curso ginásial da ENRMB - 1962, 1963, 1964 e 1965 -	37
Quadro 08	As disciplinas do curso ginásial da ENRMB - 1966, 1967, 1968 e 1969 -	39
Quadro 09	Currículo da Escola Normal de São Paulo - 1890 -----	44
Quadro 10	Disciplinas do ensino secundário conforme a Reforma Capanema - 1942	45
Quadro 11	Conteúdos da caderneta da disciplina Economia Doméstica da 3ª Série do curso ginásial - 1956 -----	49
Quadro 12	Conteúdos da caderneta da disciplina Economia Doméstica da 4ª Série do curso ginásial - 1956 -----	52
Quadro 13	Conteúdos da caderneta da disciplina Economia Doméstica da 3ª Série do curso ginásial - 1957 -----	53
Quadro 14	Conteúdos da caderneta da Disciplina Economia Doméstica da 3ª Série do Curso Ginásial - 1959 -----	55
Quadro 15	Conteúdos da Caderneta da disciplina Economia Doméstica da 3ª Série do curso ginásial - 1960 -----	58
Quadro 16	Conteúdos da Caderneta da Disciplina Economia Doméstica da 4ª Série do curso ginásial - 1961 -----	61

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Grupo Escolar Guilhermino Bezerra -----	20
Figura 02	Prédios escolares (planta padrão) -----	25
Figura 03	O diretor geral do INEP - Murilo Braga Carvalho	26
Figura 04	Ata de prova oral de 1ª época, da 1ª série turma A do curso ginásial - 1957 -----	28
Figura 05	Portaria nº 01/68 -----	31
Figura 06	Ofício nº 23/69 -----	31
Figura 07	Corpo docente em exercício do curso ginásial - 1955 -----	48
Figura 08	Atas de resultados finais da 3ª série do curso ginásial - 1956 -----	57
Figura 09	Atas de resultados finais da 4ª série do curso ginásial - 1956 -----	57
Figura 10	Caderneta da disciplina Economia Doméstica da 4ª série do curso ginásial - 1960 -----	60

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO -----	11
2. SEÇÃO II - MEMÓRIA EDUCACIONAL DE ITABAIANA: A FUNDAÇÃO E O LEGADO DA ESCOLA NORMAL RURAL MURILO BRAGA -----	18
2.1 Itabaiana: história, política e educação -----	18
2.2 Escola Normal Rural Murilo Braga: da gênese à formação dos professores -----	21
2.3 Currículo do curso ginásial da ENRMB (1950-1969) -----	32
3. SEÇÃO II - FORMAÇÃO DE MULHERES PARA O TRABALHO DOMÉSTICO: A DISCIPLINA ECONOMIA DOMÉSTICA E OS SEUS CONTEÚDOS NO CURSO GINÁSIAL DA ENRMB (1955-1961) -----	42
3.1 A formação da mulher e a Economia Doméstica na educação brasileira -----	42
3.2 Os conteúdos das cadernetas de Economia Doméstica da ENRMB (1955-1961) -----	47
CONCLUSÕES -----	64
REFERÊNCIAS -----	66
FONTES -----	70
ANEXOS -----	73

1- INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objeto de estudo a disciplina escolar Economia Doméstica ministrada no curso ginásial da Escola Normal Rural Murilo Braga, em 1955-1961¹. O marco temporal foi definido entre 1955, ano em que a disciplina foi incluída pela primeira vez no currículo escolar dessa instituição de ensino, e 1961, quando ocorreu a sua última aparição, de acordo com a análise dos documentos encontrados no acervo do CEMB. Após esse ano, não foram localizados na documentação dados que comprovassem a sua oferta no currículo da instituição, possivelmente em decorrência das alterações curriculares que ocorreram em virtude da aprovação da Lei nº 4.024, de 20 de novembro de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Este estudo surgiu como desdobramento da minha participação no projeto de pesquisa 'Acervo do Colégio Estadual Murilo Braga: inventariar e salvaguardar histórias de uma instituição educacional secundária (1949-1969)², coordenado pelos professores Dr. João Paulo Gama Oliveira e Dra. Simone Rodrigues Paixão. O projeto visava inventariar e salvaguardar o arquivo da instituição, que abrangia desde sua fundação em 1949 como Escola Normal Rural Murilo Braga, oferecendo os cursos ginásial e normal que expandiram as oportunidades educacionais na região, até a reformulação curricular de 1969, que resultou na mudança de denominação para Colégio Estadual Murilo Braga (CEMB) e na introdução do curso científico. Durante o projeto, realizamos a identificação e organização dos documentos, que se encontravam em estado de desordem e deterioração, criamos fichas descritivas para catalogar o conteúdo dos documentos e realizar o acondicionamento, garantindo assim a salvaguarda temporária do acervo até que seja possível realizar uma preservação mais aprofundada.

Ao mergulhar no universo da salvaguarda de documentos escolares históricos, especificamente no contexto do curso ginásial, deparei-me com a oferta da disciplina Economia Doméstica em seu currículo, com uma peculiaridade, era ministrada

¹ A investigação se deu de 1950 (ano em que foi inaugurada a primeira turma do curso ginásial) a 1969 (ano em que foi implementado o curso científico e mudou o nome da instituição para Colégio Estadual Murilo Braga).

² Durante o desenvolvimento do projeto, foram realizadas duas apresentações para a comunidade acadêmica da UFS-Campus de Itabaiana, direcionadas aos calouros de Pedagogia de 2023 e de 2024, com o objetivo de compartilhar os propósitos do projeto. Além disso, em 2023, o projeto foi apresentado em uma exposição comemorativa ao aniversário do colégio, e posteriormente, os resultados dessa exposição foram compartilhados no Seminário do Encontro Sergipano de Educação Básica (ESEB) realizado na UFS-campus São Cristóvão. Como resultado final, foi elaborado o capítulo 'Arquivo escolar e patrimônio: a salvaguarda do acervo escolar do Colégio Estadual Murilo Braga (CEMB)' para o livro 'Histórias da Educação em Perspectiva: impressos, instituições, disciplinas e patrimônio educativo'.

exclusivamente para alunas do sexo feminino. Essa constatação gerou questionamentos imediatos: Qual era o propósito de oferecer uma disciplina com esse título apenas para mulheres? Quais eram os conteúdos abordados?. Ao longo de todo o trabalho efetuado no projeto, essas perguntas se multiplicaram, revelando uma complexa rede de significados e imposições que permeavam a educação feminina naquela época.

Inicialmente, justificada pela ausência de estudos sobre a disciplina de Economia Doméstica no curso ginásial da Escola Normal Rural Murilo Braga, em seguida pela importância de se ampliar o debate sobre essa disciplina na formação da juventude feminina ginásial, bem como contribuir para as discussões sobre currículo, história das disciplinas escolares, educação feminina e história da educação em Sergipe. A investigação sobre essa temática, que se centra na educação das mulheres estudantes da instituição, torna-se necessária e relevante à medida que também contribui para o fortalecimento e a preservação da história local.

Nesse sentido, o objetivo principal deste estudo é investigar a disciplina de Economia Doméstica no curso ginásial da Escola Normal Rural Murilo Braga, com ênfase nos conteúdos ministrados. Para isso, foram definidos os seguintes objetivos específicos: Analisar o processo de inclusão da disciplina Economia Doméstica na educação feminina no período em estudo; Identificar e analisar os conteúdos registrados nas cadernetas da disciplina Economia Doméstica do curso ginásial da Escola Normal Rural Murilo Braga em 1955-1961; Compreender como a disciplina Economia Doméstica do curso ginásial da Escola Normal Rural Murilo Braga em 1955-1961 contribuiu para formação feminina das alunas.

Considerando os objetivos previamente estabelecidos, este estudo foi orientado pelas seguintes questões de pesquisa: Quais eram as principais perspectivas e objetivos da disciplina Economia Doméstica na educação feminina?; Quais eram as principais habilidades e conhecimentos transmitidos pela disciplina Economia Doméstica no curso ginásial da Escola Normal Rural Murilo Braga?. Com base nessas questões, foram formuladas as seguintes hipóteses: A disciplina Economia Doméstica na educação feminina brasileira enfatizava a formação de mulheres para o papel de donas de casa e mães, com habilidades práticas para o gerenciamento do lar e o cuidado dos filhos; A disciplina Economia Doméstica no curso ginásial da Escola Normal Rural Murilo Braga enfatizava a formação de mulheres com habilidades práticas para o gerenciamento do lar e o cuidado dos filhos, preparando-as para o papel de boas mães e donas de casa.

Ademais, o referencial teórico desta monografia apoia-se no conceito de disciplinas escolares, analisado à luz dos estudos de André Chervel (1990), como também será realizada

interloquções com o conceito de currículo examinado sob a ótica histórica das contribuições de Ivor Goodson (1997 e 2001). Essa base teórica permitirá uma compreensão mais aprofundada da disciplina Economia Doméstica no contexto educacional brasileiro, fornecendo uma fundamentação sólida para a investigação.

Goodson (1997) defende o currículo como um construto social, que acompanha as mudanças provocadas pela humanidade e é utilizado de acordo com os interesses vigentes da sociedade, refletindo os valores e prioridades da classe dominante. Além disso, o autor destaca que o currículo não pode ser analisado fora do contexto histórico em que se insere. Em suas palavras, "o currículo não é constituído de conhecimentos válidos, mas de conhecimentos considerados socialmente válidos" (Goodson, 2001, p. 08), chamando atenção para a distinção entre o currículo prescrito, oficialmente estabelecido, e o currículo real, efetivamente implementado na prática pedagógica. Com essa perspectiva, é possível questionar a forma como o currículo é construído e implementado, revelando as dinâmicas de poder que o influenciam.

No tocante ao diálogo com Chervel (1990), destaco que segundo esse teórico, uma disciplina é entendida como um modo de disciplinar o espírito, garantindo os métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte dos diversos níveis de escolarização. Isso nos leva a refletir que a disciplina enquanto matéria e conteúdo de ensino, por meio de diferentes métodos e regras em um ambiente escolar, veicula e legitima o conhecimento considerado “ideal” a ser aprendido em uma sociedade. Em síntese, Chervel nos diz que:

A disciplina, ainda que pareça imune por todos os lados, não é uma massa amorfa e inerte [...] Sua transformação como sua constituição estão inteiramente inscritas entre dois pólos: o objetivo a alcançar e a população de crianças e adolescentes a instruir. É aí que se deve encontrar as fontes da mudança pedagógica. Pois é ao mesmo tempo através das suas finalidades e através de seus alunos que elas participam da cultura e da vida social de seu tempo (Chervel, 1990, p. 198).

A investigação da disciplina escolar, conforme proposto por Chervel (1990), exige uma análise aprofundada de sua constituição e finalidades, aspectos frequentemente negligenciados pela historiografia da educação. Neste sentido, o levantamento bibliográfico inicial foi fundamental para este trabalho, abrangendo uma ampla gama de fontes, incluindo livros, teses, monografias e artigos. Essa revisão da literatura permitiu uma compreensão detalhada do contexto histórico em que a disciplina foi inserida no sistema educacional brasileiro, possibilitando uma análise mais precisa e fundamentada de suas finalidades e impacto na formação das mulheres brasileiras da época. Com base nesse arcabouço teórico,

foi possível contextualizar a Economia Doméstica na ENRMB e no panorama histórico no Brasil, oferecendo uma perspectiva mais clara sobre seu papel e significado nesse contexto.

O levantamento bibliográfico sobre a disciplina escolar de Economia Doméstica foi conduzido utilizando palavras-chave como "economia doméstica" e "educação feminina" nas plataformas digitais Google Acadêmico e Repositório da Universidade Federal de Sergipe. Essa estratégia de busca permitiu identificar alguns trabalhos acadêmicos, incluindo monografias, dissertações e artigos, que de fato abordavam a temática disciplina escolar Economia Doméstica e sua relação com a educação feminina. Dentre os selecionados, destaco aqueles que mais contribuíram para a compreensão sobre o objeto de estudo, como Farias (2009), Souza (2015), Almeida (2017), Bastos e Garcia (1999), Amaral Júnior (2013), Severo (2017), Marques e Furtado (2020).

O trabalho de monografia efetuado por Iara Alves de Farias (2009), intitulado **Economia Doméstica no Atheneu Sergipense: uma análise da disciplina entre os anos de 1944 e 1949**, busca entender a gênese, as finalidades e os conteúdos da disciplina Economia Doméstica com o auxílio de documentos arquivados no Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS) dos anos de 1944 a 1949. Para isso, a autora recorreu também aos escritos dos teóricos André Chervel com o conceito sobre as disciplinas escolares e Ivor Goodson sobre currículo. Farias (2009) evidencia em sua investigação que a inserção da disciplina Economia Doméstica na educação das mulheres tinha como objetivo principal a formação de boas esposas e boas mães.

A pesquisadora Katia Viana de Souza (2015), em sua dissertação de mestrado, **A disciplina Economia Doméstica e a formação feminina no Instituto de Educação Ruy Barbosa (1960-1970)**, investigou o papel da Economia Doméstica como componente curricular do ensino normal e sua influência na formação feminina. Com base nos estudos de André Chervel e Antonio Viñao sobre disciplina escolar, a análise se fundamentou em documentos oficiais, como leis e decretos, além de materiais didáticos históricos da instituição. Souza (2015) conclui que, embora a escola normal visasse preparar mulheres para o mercado de trabalho como professoras, a presença da Economia Doméstica no currículo reforçou os papéis tradicionais de gênero, enfatizando a importância da mulher como mãe, esposa e dona de casa.

Em sua dissertação de mestrado intitulada **Economia Doméstica: uma disciplina escolar no secundário ginasial sergipano do Atheneu Sergipense (1944 a 1954)**, Sayonara do Espírito Santo Almeida (2017), examina por meio da gênese, função e funcionamento, a disciplina escolar Economia Doméstica no curso ginasial do Atheneu Sergipense. Para tanto,

a autora apoia-se nos conceitos de currículo de Ivor Goodson e disciplina escolar de André Chervel, e analisa fontes documentais diversas, incluindo leis, jornais, cadernetas de aulas, correspondências, livro de registro e provas, catalogadas no Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS) e no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). A pesquisa de Almeida (2017) revela que a disciplina de Economia Doméstica não apenas visava formar mulheres para os papéis tradicionais de mãe, esposa e dona de casa, mas também proporcionou uma base científica e higiênica que se refletiu em outras áreas da vida prática, contribuindo assim para a formação integral das estudantes.

As autoras do artigo **Leituras de formação - Noções de vida doméstica (1879): Félix Ferreira traduzindo Madame Hippeau para a educação das mulheres brasileiras**, Maria Helena Câmara Bastos e Tânia Elisa Morales Garcia (1999), realizam uma análise crítica do discurso fundador da economia doméstica no Brasil, com enfoque no estudo do primeiro livro de leitura destinado à escola primária e às aulas do sexo feminino do Imperial Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (1881). A pesquisa desenvolvida pelas autoras oferece uma abordagem histórica da educação feminina e da economia doméstica, bem como uma análise detalhada do livro "Noções de vida doméstica". Com base nessa análise, Bastos e Garcia (1999) sustentam que a educação da mulher no Brasil estava vinculada a um discurso modernizante da elite, mas paradoxalmente reforçava uma visão conservadora da mulher, limitada ao espaço doméstico.

O artigo **Educação mulheres: análise histórica dos ensinamentos de Economia Doméstica no Brasil**, de José Carlos do Amaral Junior (2013), apresenta uma análise da trajetória histórica do ensino de economia doméstica no Brasil, desde sua criação até o período em que sua pesquisa foi realizada. O estudo oferece uma contextualização do surgimento da Economia Doméstica, discute a relação entre as mulheres e a ciência, e examina o crescimento e declínio das escolas de Economia Doméstica. Além disso, o autor analisa a posição da Economia Doméstica em 2013, quando ainda existiam cursos superiores em cinco universidades, mas que foram extintos três anos depois. Amaral Júnior (2013) conclui que o contexto social e histórico de criação do curso no Brasil priorizava a mulher como responsável pelo lar e pela família, enquanto o homem era responsável pela vida pública. Com as mudanças no cenário econômico e político, o curso superior de Economia Doméstica tornou-se desatualizado e iniciou-se um processo de reestruturação de seu conteúdo, que não conseguiu evitar sua extinção.

Em 2017, Carolina Asti Severo, realizou um estudo para o seu artigo **Preparo ao lar: a disciplina de economia doméstica no ginásio do Colégio Farroupilha (1942-1961)**, que

investigou a disciplina de economia doméstica no curso ginásial do Colégio Farroupilha, instituição privada de Porto Alegre, entre o período de 1942 e 1961. A pesquisa, baseada na análise de fontes escritas localizadas no Memorial da Escola, teve como objetivos mapear as professoras, identificar o conteúdo transmitido em sala de aula, contextualizar a disciplina no período em que era obrigatória, analisar sua organização e objetivos, e determinar como ela definia o papel da mulher na sociedade. A análise de Severo (2017) aponta que a Economia Doméstica desempenhou um papel fundamental na construção de uma identidade feminina específica, alinhada com os interesses e expectativas do Estado em relação às mulheres durante esse período.

No artigo, **Formação e educação da mulher e o caderno de Economia Doméstica (Dourados, Mato Grosso – 1972)**, Inês Velter Marques e Alessandra Cristina Furtado (2020), buscaram analisar o ensino de Economia Doméstica no Colégio Estadual Presidente Vargas, em Dourados, com base em um caderno de uma ex-aluna do curso ginásial do ano de 1972. A pesquisa fundamentou-se em referências teóricas relacionadas à história da educação, à história das mulheres, à história da educação da mulher e ao currículo, e utilizou fontes documentais para desenvolver a análise. Marques e Furtado (2020), constataram que o caderno, como fonte documental, revelou que a disciplina de Economia Doméstica visava formar as jovens como donas de casa competentes, mães de família responsáveis e administradoras financeiras eficazes, reforçando assim os papéis tradicionais atribuídos às mulheres na sociedade.

Fundamentado em uma revisão crítica das literaturas³ e em estreita relação com o objeto de estudo, para este trabalho documental de cunho historiográfico, a metodologia adotada seguiu o caminho do campo de pesquisa História da Educação em diálogo com a História das Disciplinas Escolares, o qual considerou a análise de documentos institucionais localizados no acervo do CEMB, que constituíram a base empírica da pesquisa, abrangendo Caderneta da disciplina Economia Doméstica do curso ginásial; Corpo docente em exercício do curso ginásial; Boletim de informações do curso ginásial; Livro de pontos dos professores do curso ginásial; Estatística de aproveitamento do curso ginásial; Ata de prova oral de 1ª época do curso ginásial; Ata de resultados finais do curso ginásial; Currículo do curso ginásial; Currículo do curso pedagógico da ENRMB, do IERB e do CGN; Horários do curso ginásial; Ofício n. 23/69; Portaria n. 01/68.

³ Ainda sobre a disciplina escolar Economia Doméstica consultar OLIVEIRA, Ana Carla Menezes de. **A trajetória histórica da formação em economia doméstica na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão (1952 a 1967)**. Aracaju: IFS, 2016. 125 p.

Diante do exposto, o trabalho está estruturado em quatro seções. A primeira seção, intitulada **Introdução**, apresenta a delimitação do objeto de pesquisa, a contextualização da produção acadêmica relacionada, os principais conceitos teóricos mobilizados e a abordagem metodológica adotada para a realização desta pesquisa de monografia. A seção II, **Memória educacional de Itabaiana: a fundação e o legado da Escola Normal Rural Murilo Braga**, discorre sobre os aspectos históricos, políticos e educacionais de Itabaiana dentro do recorte temporal estabelecido, além disso, apresento um breve histórico da Escola Normal Rural Murilo Braga e uma análise detalhada do currículo do curso ginásial do ensino secundário oferecido pela instituição (1950-1969).

Já na seção III, **Formação de mulheres para o trabalho doméstico: a disciplina Economia Doméstica e os seus conteúdos no curso ginásial da ENRMB (1955-1961)**, aborda sobre os aspectos fundamentais da formação da mulher e sua relação com a disciplina de Economia Doméstica. Primeiramente, será traçada uma breve cronologia do processo da formação da mulher entrelaçada com a inserção da Economia Doméstica, pontuando as principais conquistas, mudanças e desafios que marcaram essa trajetória. Em seguida, será realizada uma análise detalhada dos conteúdos ministrados na Escola Normal Rural Murilo Braga, por meio do exame das cadernetas encontradas no acervo da instituição e autores que discutem essa temática. Por fim, a quarta seção, apresenta as **Conclusões**, às quais sintetizam os resultados alcançados ao longo da pesquisa, retornando questões iniciais que guiaram a investigação, oferecendo respostas fundamentadas nos dados coletados e analisados.

SEÇÃO II

MEMÓRIA EDUCACIONAL DE ITABAIANA:

A FUNDAÇÃO E O LEGADO DA ESCOLA NORMAL RURAL MURILO BRAGA

Nesta seção, serão abordados aspectos históricos, políticos e educacionais de Itabaiana dentro do recorte temporal estabelecido. Além disso, será apresentado um breve histórico da Escola Normal Rural Murilo Braga e uma análise detalhada do currículo do curso ginásial do Ensino Secundário oferecido pela instituição (1950-1969).

2.1- Itabaiana: história, política e educação

Em 28 de agosto de 1888, a Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana por meio da Lei Provincial nº 1.331, foi elevada à categoria de cidade, mudando sua nomenclatura para Itabaiana. Localizada na mesorregião do Agreste Sergipano, no estado de Sergipe, pertencente à região Nordeste do Brasil, tornou-se a maior cidade do interior do estado em termos populacionais, com 103.439 habitantes, com base no censo de 2022 divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Situada a cerca de 55km de distância da capital Aracaju e cercada pelos municípios de Areia Branca, Campo do Brito, Macambira, Malhador, Moita Bonita e São Domingos, Itabaiana possui uma localização estratégica que a tornou polo central comercial atendendo não só os municípios vizinhos, mas também todo o estado sergipano e toda a extensão do país. Como ressalta Miguel (2011):

É notória a forte contribuição da desenvoltura do comércio na cidade, para a expansão urbana e econômica, pois, Itabaiana é considerada como polo comercial importante no Estado [...]. E tendo também como referência o maior mercado a “céu aberto” do interior, quicá do Estado, atrai centenas de pessoas dos municípios arredores, da capital e estados vizinhos, pela boa fama da qualidade dos seus produtos e do atendimento (p.24).

Também conhecida como a “Capital Nacional do Caminhão”, intitulação recebida por possuir o maior percentual de caminhões por pessoa do país, Itabaiana utiliza esse tipo de transporte como principal meio de circulação de mercadorias. Cabendo destaque para a sua feira livre que acontece aos sábados desde 1888, com fluxo mais intenso e às quartas a partir de 1954, com menor circulação. Por muito tempo, a feira ficou sem local fixo, devido às influências políticas, atualmente ela perdura por grande parte do centro comercial localizado entre a rua Largo do Santo Antônio e a rua Largo José do Prado Franco, com aproximadamente 20.000m². Segundo memorialistas itabaianenses, naquele tempo, não havia a existência de supermercados, tinha apenas dois armazéns de secos e molhados pertencentes

às famílias Teles e Paes Mendonça, que dominavam o comércio local, gerando grandes disputas de vendas, que por vezes os habitantes eram coagidos a comprar no mercado da política dominante por medo de perseguição.

De acordo com Meneses (2015), em 1947, ocorreu a eleição municipal em Itabaiana que culminou na vitória de Jason Correia (PSD), grande aliado da família Teles, marcando assim mais uma passagem política de violência e perseguições, principalmente aos comerciantes, estes que eram obrigados a comprar no mercado de Manoel Teles e, caso contrário, eram considerados opositores políticos. Sabe-se que, no âmbito político, durante as décadas de 40, 50 e 60, Itabaiana estava dividida entre os grupos das famílias: Euclides Paes Mendonça pertencente ao partido UDN (União Democrática Nacional) e Manoel Francisco Teles pertencente ao PSD (Partido Social Democrático), grandes rivais não só na política como também no comércio.

Os estudos de Meneses (2015) apontam que, esse período foi marcado por resquícios do coronelismo⁴ e da violência, assim, em 08 de agosto de 1963, em uma passeata organizada pelo estudantes com ponto de saída do CEMB, reivindicando a continuação da obra de canalização de água no município, esta que foi interdita por Euclides que se opôs à ideia de conceder um contrato de 30 anos para uma empresa privada explorar os recursos hídricos a preços elevados, argumentando que o poder público deveria ser o responsável por fornecer esse serviço. Resultou no assassinato dos Deputados Euclides Mendonça e Antonio Mendonça, após uma discussão em que alguém disparou três tiros acertando o carro da polícia, sendo esta revidou acertando Antonio e o seu pai que foi tentar ajuda-lo. Mesmo com estas mortes, a disputa entre as duas famílias para dominar o poder da prefeitura continuou por várias décadas.

No cenário educacional, a data exata da fundação da primeira escola em Itabaiana é incerta, mas conforme Bispo (2013, p. 107), estima-se que tenha ocorrido “possivelmente entre 1824 e 1826. É fato, contudo, que a cadeira de Latim foi criada pela primeira vez em 30 de março de 1829. Em 1838 o professor de Latim foi jubilado e a cadeira ficou vazia [...]”. A pesquisa de Costa (2016) mostra ainda que, por volta de um século depois, na década de 1920, o município tinha um total de quatro escolas exclusivas, sendo duas para meninos (regidas por Marieta Machado e Maria Pureza de Almeida) e duas para meninas (regidas por Izabel Esteves de Freitas e Petrina de Menezes Lemos), localizadas na sede de Itabaiana, e

⁴ Sobre o coronelismo em Sergipe, confira os estudos de DANTAS, José Ibarê Costa. **Coronelismo e Dominação**. 2ª Edição. Aracaju: Criação Editora, 2019.

nove escolas mistas distribuídas nas demais regiões. Vale frisar que a autora não informa os locais exatos do funcionamento dessas escolas.

Ainda, em 1930, o ensino oferecido limitava-se ao nível primário, com a mesma quantidade de unidades de escolas, no entanto em 04 de abril de 1937, durante a gestão municipal de Sílvio Teixeira e o governo estadual de Eronides de Carvalho, foi inaugurado o primeiro grupo escolar intitulado Grupo Escolar Guilhermino Bezerra, em homenagem a Guilhermino Amâncio Bezerra⁵, grande nome político e educacional para a cidade. A criação desse grupo escolar foi um marco significativo para a educação itabaianense, haja vista que, assinalou o término da era das escolas isoladas, que até então funcionavam nas residências das professoras. Desse modo, inaugurou-se uma nova era, com intuito de estabelecer uma educação mais organizada e unificada, com Izabel Esteves de Freitas como pioneira na direção. A escola manteve suas atividades de ensino, ofertando o ensino fundamental até o ano 2023, quando por baixa quantidade de matrículas encerrou suas atividades.

Figura 01: Grupo Escolar Guilhermino Bezerra



⁵ O ilustre Guilhermino Amâncio Bezerra, nasceu no dia 3 de fevereiro de 1847, natural de Itabaiana, filho de Maria Joaquina do Sacramento Bezerra e de Amâncio José Paixão. Em 1864, trabalhou no escritório do Dr. Domingos de Oliveira Ribeiro, em Laranjeiras, por essa proximidade com o Direito, quis frequentar a Faculdade de Direito de Recife, mas como não tinha recursos financeiros, optou pelo curso de Farmácia na Faculdade da Bahia, em 1869. Nos anos posteriores, Guilhermino tornou-se farmacêutico, jornalista, professor e político. Destacou-se com a fundação do Gabinete de Leitura de Itabaiana, em 1875, que funcionou por cinco anos, onde lecionou por esse tempo. Bezerra, detinha muita influência política, em 1888, era deputado pelo partido conservador na Assembleia Provincial, ano em que colaborou para que a resolução 1.331, de 28 de agosto de 1888, fosse aprovada, lei essa que elevou as vilas de Itabaiana e Capela à condição de cidade. Em 1891, foi eleito deputado estadual na primeira constituinte sergipana, mas aos poucos foi afastando-se da vida pública e veio a falecer em 01 de agosto de 1909. Disponível em: <<https://www.itnet.com.br/noticia/personagens-de-itabaiana-guilhermino-bezerra-18471909>>. Acesso em: 01 maio 2025.

Fonte: Semana da Pátria, em 1937. Fotografia de João Teixeira Lobo no Acervo de Sebrão Sobrinho, mantido por Vladimir Souza Carvalho, publicada em uma página do Facebook no Grupo Itabaiana Grande por Robério Santos, em 17 de outubro de 2011.⁶

Ao olhar para Sergipe, até os anos 40, embora a implementação das escolas primárias tivessem contribuído para a formação inicial, Lima (2019) destaca que ainda existia um impasse na vida dos estudantes que finalizavam o curso primário. Pois, para dar continuidade a carreira acadêmica, isto é, cursar o ensino secundário, eles tinham que se deslocar para a capital aracajuana. Porém, nem todos tinham condições financeiras para custear esse deslocamento diário ou moradia, retornando assim para a vida campesina junto aos pais. Consequentemente, em 1949, essa realidade foi modificada com a inauguração da Escola Normal Rural Murilo Braga (ENRMB), em Itabaiana, ofertando o curso ginasial, o curso normal, a partir de 1955, e somente em 1969, o curso científico, mudando o seu nome para Colégio Estadual Murilo Braga (CEMB).

2.2 - Escola Normal Rural Murilo Braga: da gênese à formação dos professores

Em 1940, o país ainda era predominantemente rural, com muitas regiões tendo o trabalho no campo como principal atividade econômica. Diante disso, o governo do país liderado por Getúlio Vargas, vislumbrado com o desenvolvimento e arquitetura dos países europeus, traçou planos de modernização e crescimento econômico por meio do fortalecimento da industrialização. No contexto educacional, Vargas usou a educação como aliada e aparato para implementar suas ideologias direcionadas ao novo protótipo da sociedade brasileira. Conforme Almeida (2009), a educação deveria se adaptar às necessidades e habilidades específicas de cada grupo social, preparando-os para os papéis e responsabilidades que lhes são atribuídos.

Com a reforma educacional liderada pelo Ministro da Educação e da Saúde, Gustavo Capanema, em 1942, promulgou a Lei Orgânica do Ensino Secundário, que teve impacto significativo na educação brasileira. Segundo Alves, Oliveira e Costa (2020), a lei estabelece que o ensino secundário ficaria dividido em dois ciclos, inicialmente com o ciclo Ginasial, que tinha duração de quatro anos, e posteriormente o ciclo Colegial, com os cursos Clássico que priorizavam as humanidades, e o curso Científico que enfatizava as ciências exatas, ambos com duração de três anos. Havia ainda o Ensino Técnico (Comercial, Agrícola,

⁶ Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10150362892532840&set=gm.261202577250108&type=3&theater>, Acesso em: 08 abr. 2025.

Industrial) e o Ensino Normal. Vale ressaltar que, este último tinha quatro anos de duração, com o objetivo de formar professores para lecionar nas escolas primárias.

Para atender o anseio da população, o governador de Sergipe, José Rollemberg Leite por meio da Lei nº 212, de 29 de novembro de 1949, implementou a construção de duas escolas normais rurais no estado, com a oferta do ensino secundário, uma no município de Lagarto mas a obra não se concretizou, e outra no município de Itabaiana, a ENRMB, que está em funcionamento até os dias atuais. A priori, o objetivo dessas escolas era formar professores para atuar nas zonas rurais. Como pode ser observado na ementa da lei referida:

LEI Nº 212, de 29 de novembro de 1949

Cria 2 Escolas Normais Rurais.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE,

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criadas duas (2) Escolas Normais Rurais, com sede nas cidades de Lagarto e Itabaiana, respectivamente.

Parágrafo Único. Cada Escola Normal Rural manterá um Curso de Ginásio e um Curso de Formação de Professores.

Art. 2º O ensino, nas Escolas Normais a que se refere o artigo anterior, obedecerá a legislação em vigor e às instruções que forem baixadas.

Art. 3º Fica assegurado aos professores formados pelas Escolas Normais Rurais o direito exclusivo de regerem as escolas primárias rurais.

Parágrafo Único. Enquanto não houver professores formados por essas Escolas Normais Rurais, as escolas primárias rurais serão regidas por professores diplomados por outras Escolas Normais do Estado.

Art. 4º A manutenção das Escolas Normais Rurais far-se-á pelo sistema de acordo entre o Estado e os Municípios citados, para o que fica o Chefe do Poder Executivo autorizado.

Art. 5º Ficam criados dois (2) cargos de Diretor em Comissão, Padrão O, sendo um da Escola Normal Rural de Itabaiana e outro da Escola Normal Rural de Lagarto.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado, respeitada a legislação federal, a contratar o pessoal docente e administrativo para os referidos estabelecimentos de ensino.

Art. 7º O provimento e admissão para os cargos relativos a pessoal docente e administrativo, far-se-ão à medida que forem funcionando os estabelecimentos referidos nesta Lei.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a baixar os Regulamentos das unidades escolares acima criadas.

Art. 9º Fica aberto o Crédito Especial de cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00) com vigência até 1950, para as despesas da presente Lei que entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário (Sergipe, 1949).

À luz da lei supracitada, é notável a discrepância entre o currículo adotado e a realidade dos alunos, pois embora ela fosse uma escola normal rural, seu currículo era idêntico ao do Instituto de Educação Ruy Barbosa (IERB)⁷, que por situar-se na capital do

⁷ O Instituto de Educação Ruy Barbosa foi fundado em 1871 como Escola Normal, com o objetivo de formar professores primários em Sergipe. Em 1923, recebeu a denominação de Escola Normal Ruy Barbosa. Em 1947, passou a se chamar Instituto de Educação Ruy Barbosa, devido à expansão de sua oferta educacional, incluindo a oferta de cursos ginasiais, além da formação de professores. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=441012#:~:text=No%20Institut>

estado, atendia os moldes das escolas urbanas. Essa abordagem ignora não só a proposta inicial de uma escola normal rural, como também as particularidades e necessidades dos alunos que eram, em sua maioria, filhos de agricultores e compartilhavam experiências práticas no campo. A esse respeito, Miguel (2011), acrescenta que a instituição:

[...] se apresentava a região como sendo pertencente à zona rural, não se atendia às exigências de uma cultura escolar com compromisso de qualificar docentes, dotando-os dos conhecimentos necessários às práticas agrícolas. Tornando esse discurso esvaziado de coerência e seriedade com o direito e a formação instrucional dos indivíduos. (p. 34)

Paralelamente, Costa (2016, p.74) corrobora com essa perspectiva ao discutir sobre a formação dos professores das escolas normais rurais para ensinar aos alunos da zona rural, estes que “[...] viviam em uma região agrícola, portanto, o ensino deveria estar em consonância com as necessidades do campo. Como forma de promover a preparação do homem da zona rural, as Escolas Normais Rurais assumiriam um papel importante”. Destarte, ao analisar o currículo do curso normal, em 1960, das instituições das cidades de Itabaiana, Aracaju e Simão Dias, foi possível confirmar que a ENRMB possuía os mesmos componentes curriculares do IERB e do Ginásio Carvalho Neto⁸ (CGN), desviando-se da proposta de ensino rural, isto é, não haviam disciplinas voltadas ao domínio das atividades e técnicas agrícolas. Em consonância, mostra o quadro 01:

Quadro 01: Currículos das instituições de Ensino Normal de Itabaiana, Aracaju e Simão Dias na década de 1960

Escola Normal Rural Murilo Braga (Itabaiana)		
Instituto de Educação Ruy Barbosa (Aracaju)		
Ginásio Carvalho Neto (Simão Dias)		
Classificação	Disciplinas	Quantitativo de aulas

[o%20estudaram%20a%20primeira.localiza%C3%A7%C3%A3o%20de%20um%20item%20espec%C3%ADfico>.](#) Acesso em: 11 set 2025.

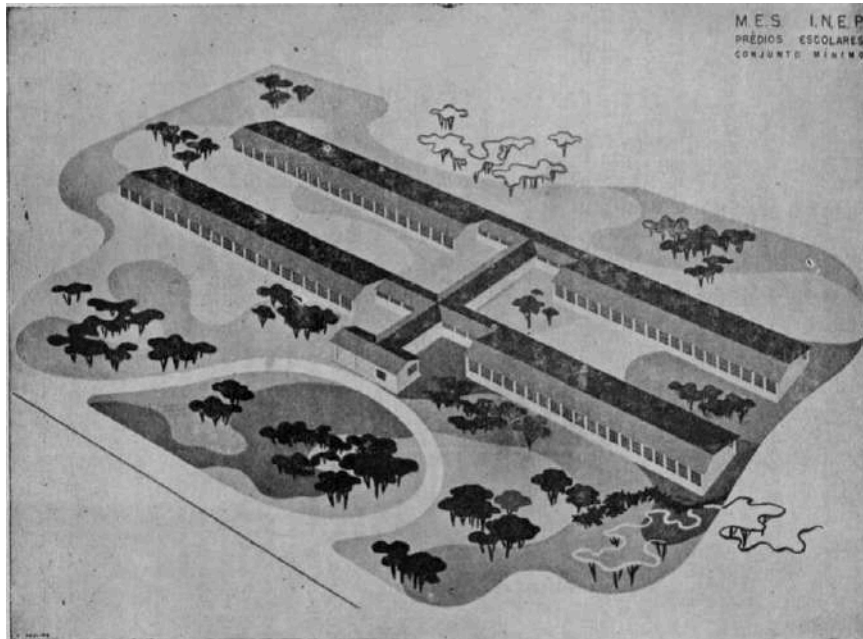
⁸ Os registros sobre o Ginásio Carvalho Neto em Simão Dias não revelam a data precisa de sua fundação. É possível inferir que a instituição estava em funcionamento em 1957, com base na Lei n. 833, de 13 de Setembro de 1957, que concede auxílio especial à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos e dá outras providências. Embora essa lei não forneça informações detalhadas sobre a fundação, ela sugere que o ginásio já havia sido estabelecido nesse período. Disponível em: <<https://aleselegis.al.se.leg.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L8331957.html>>. Acesso em 11 set 2025.

		1º ano	2º ano	3º ano
Obrigatórias Básicas	Português	5	5	5
	História	3	3	–
	Geografia	3	–	–
	Ciências F. e Biológicas	3	–	–
Obrigatórias Complementares	Línguas Estrangeiras Modernas	3	3	–
	Filosofia Pedagógica	–	–	2
Optativas	Psicologia	2	3	3
	Matemática	–	3	–
Pedagógicas	Didática Geral	3	–	–
	Adm. Escolar	–	–	3
	Prática de Ensino	–	–	3
	Estatística e Matemática Educacional	–	–	3
Práticas Educativas	Didática da Língua Pátria	–	–	2
	Didática da Matemática e Desenho	–	–	2
	Didática das Ciências e dos Estudos Sociais	–	–	2
	Artes Femininas	2	2	1
	Educação Moral e Cívica	1	–	–
	Canto	1	1	–
	Educação Física	2	2	2

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos estudos de Costa (2016) e no documento Currículo do Curso Pedagógico da ENRMB, do IERB e do CGN, do acervo do CEMB (Ficha 1526).

Outro ponto digno de nota sobre essa unidade de ensino, refere-se à sua nomenclatura inicial, intitulado como Ginásio Estadual de Itabaiana (GEI), que foi alterado para Escola Normal Rural Murilo Braga (ENRMB) somente em 1955, com a implementação do curso normal. Cabe destacar também, a sua arquitetura inovadora com salas amplas e luminosas, áreas verdes que purificavam o ar e trazia aquela sensação de proximidade com o campo, deslumbrando modernidade e sofisticação, elementos que despertava a vontade dos itabaianenses em vivenciar aquele novo mundo.

Figura 02: Prédios escolares (Planta padrão)



Fonte: Hall (1950, p. 126), citada no trabalho de Costa (2016, p. 81).

Uma característica adicional que também merece destaque é referente a sua nomenclatura, que se deu em homenagem a Murilo Braga de Carvalho⁹, contribuidor para o aprimoramento da educação do país ao exercer os cargos de chefe da Seção de Seleção e Orientação Profissional e diretor-geral do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) entre 1942-1952. Essa homenagem reflete o reconhecimento da importância de seu legado para a educação brasileira, servindo de inspiração para futuras gerações de educadores e estudantes.

⁹ Murilo Braga de Carvalho, nasceu em Luzilândia, no Piauí, em 08 de dezembro de 1912, destacou-se como um grande contribuidor para o aprimoramento da educação do país ao exercer os cargos de chefe da Seção de Seleção e Orientação Profissional e diretor-geral do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) entre 1942-1952. Durante sua administração como diretor, Braga esteve à frente da elaboração do "Plano de Construção Escolar", este que resultou na construção de centenas de escolas em diferentes estados. Ademais, Murilo Braga também se destacou por liderar o Programa de Educação Rural, com caráter inovador, que buscava erradicar o analfabetismo, ao ampliar o acesso ao ensino primário nas zonas rurais, e consequentemente melhorar a qualificação dos trabalhadores camponeses, diminuindo a sua migração para a cidade e fortalecendo a economia local. Ao longo de sua trajetória, desempenhou um papel significativo e duradouro na implementação de políticas educacionais no país, deixando o seu cargo após a sua morte em um trágico acidente aéreo em 1952. Disponível em: <<https://www.facebook.com/100031806266339/posts/resgate-a-memoria-a-morte-prematura-de-murilo-braga-vitima-de-acidente-em-290419/891799918556875/>>. Acesso em: 01 maio 2025.

Figura 03: O Diretor Geral do INEP Murilo Braga Carvalho



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Além da homenagem ao diretor-geral do INEP, a inauguração da escola também foi um evento marcante. À primeira vista, para muitos foi um passo significativo na educação sergipana, ao possibilitar a inserção de novos alunos em uma instituição de ensino secundário, já que muitos estudantes do ensino primário, por condições econômicas não tinham a oportunidade de dar continuidade aos seus estudos. Desse modo, atendendo não só aos estudantes itabaianenses, como também das cidades circunvizinhas, o “ginásio”, como era conhecido popularmente, trouxe esperança e brilho para aqueles moradores que desejavam aprimorar seus conhecimentos e tornar-se profissionais promissores.

Entretanto, para efetuar a matrícula, era necessário passar pelo Exame de Admissão realizado na própria instituição, era uma prova seletiva que avaliava e classificava os alunos mais capacitados para ingressar no curso ginásial ou normal. Segundo Costa (2016), para a primeira turma do curso ginásial, em 1950, foram realizadas cinquenta e quatro inscrições no exame, somente trinta e cinco candidatos conseguiram aprovação, mas cinco foram transferidos, logo restaram trinta alunos na turma (16 masculinos e 24 femininos). Como mostra o quadro 02:

Quadro 02: Primeira turma do curso ginásial da ENRMB em 1950

Primeira Turma do Curso Ginásial			
Inscrição	Aprovação	Transferência	Turma Composição Final
54	35	05	30 (16 Masculino e 24 Feminino)

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos estudos de Costa (2016).

Dessa forma, o ensino tornou-se privilégio de poucos, restrito para aqueles que eram aprovados no Exame de Admissão, sendo estes em sua maioria pertencentes às famílias com melhores condições financeiras, por isso muitos estudiosos referem-se ao ensino como privativo. Pois, criava barreiras para os estudantes de famílias de baixa renda, minorias étnicas e outros grupos marginalizados, que não conseguiam se preparar para a prova, reforçando as desigualdades educacionais e sociais. Assim, esses exames, por vezes, favoreciam quem tinha acesso a recursos educacionais extras, como tutor particular, criando um ciclo de vantagem para os mais privilegiados. Em consonância, Montalvão (2021) afirma que:

Para as gerações de brasileiros e brasileiras que viveram a adolescência e o início da vida adulta nas décadas de 1940 e 1950, ainda se mantém a lembrança de um tempo em que a escola secundária era valorizada pelo rigor no processo de aprendizado e pelos ritos disciplinares para se atingir esse padrão. Obviamente, essa lembrança é socialmente demarcada. Isso porque, as opções em torno da modernização conservadora levaram a um modelo educacional privatista, excludente, produtor de reprovação e abandono escolar em larga escala (p. 25).

À vista disso, muitos discentes acabavam abandonando ou reprovando devido às grandes exigências e demandas, sejam atividades, provas escritas e provas orais, sendo esta última uma das mais temidas pelos alunos, e com um elevado teor de notas baixas, principalmente na disciplina Matemática. Sendo possível constatar ao analisar o documento Ata de Prova Oral de 1ª Época de 1957, da disciplina Matemática, da 1ª série turma A do curso ginásial, onde a quantidade de alunos com notas abaixo da média¹⁰ (18 alunos) é superior à quantidade de alunos com notas acima da média (11 alunos).

¹⁰ Possivelmente, a média de aprovação da Escola Normal Rural Murilo Braga seria 5,0, considerando a nota máxima de 10,0 e o quantitativo de avaliações ao longo do ano letivo, de acordo com os padrões da época.

Figura 04: Ata de Prova Oral de 1ª Época, da 1ª Série Turma A do Curso Ginásial - 1957

GINÁSIO ESTADUAL DE ITABAIANA

ITABAIANA — SERGIPE

Ata da Prova Oral de 1.ª Época — Ano Letivo de 1920.

Ano cinco das mês de dezembro do ano de mil novecentos e cinquenta e seis na cidade de Itabaiana apresenta a Inspeção Federal, Sr. Maria de Lourdes A. Pereira e os membros da Comissão Examinadora constituída pelos Srs. Professores Pedro Ivo da Cunha Neto, Pedro Ribeiro de Oliveira, e Maria de Lourdes Santos de Oliveira, sob a Presidência deste último, realizaram os exames orais de Matemática de 1.ª série turma 1.ª do Curso Clássico cujos resultados constam do quadro abaixo:

NOME DO ALUNO

(Ordem alfabética)

NOTAS

1.ª Ex.	2.ª Ex.	Prov.	Média
---------	---------	-------	-------

NOME DO ALUNO (Ordem alfabética)	1.ª Ex.	2.ª Ex.	Prov.	Média
Antônio Raimundo Araújo	0	5	3	2
Antônio Francisco de Oliveira	0	0	0	0
Antônio Santos Pereira	0	0	0	0
Aricleide José de Silva	0	3	0	1
Bráulio Pereira Lima	0	0	0	0
Eliseu de Andrade Martins	0	0	0	0
Fernando de Barros Bastos	0	0	0	0
Gilberto de Souza Pereira	3	3	3	3
Gilberto de Oliveira Pereira	3	3	3	3
Guilherme Soares	0	0	0	0
João Carlos de Melo	0	0	0	0
João Afonso de Oliveira	0	0	0	0
João Augusto Almeida	0,5	0,5	0,5	0,5
João Cecília Costa	0	3	0	1
João César Oliveira	0	0	0	0
João Henrique Alves Gomes	0	0	0	0
João Milton	0	0	0	0
João Valdeir de Moraes	3	3	3	3
João Wellington Pereira	10	10	10	10
Joãozinho Pereira de Almeida	0	0	0	0
Leandro Magalhães Lima	3	3	3	3
Leandro Almeida	10	10	10	10
Luiz Gomes dos Santos	0	0	0	0
Luiz José de Melo	0	0	0	0
Manoel de Melo Gomes	0	0	0	0
Manoel de Almeida Carvalho	0	3	3	3
Marcelino Alves de Oliveira	3	3	3	3
Marcelo Antônio de Carvalho Neto	0	0	0	0
Roberto Pinto Monteiro	1	1	1	1

Inspeção Federal

Fonte: Acervo do CEMB (Ficha 834). Fotografia registrada pela autora

Ainda, ao examinar o documento Estatística de Aproveitamento de 1957, é notório um grande quantitativo de reprovação desses alunos da 1ª série, pois de 63 alunos matriculados, 3 foram transferidos, 21 aprovados e 39 reprovados. Ou seja, um número muito elevado de alunos que não conseguiram concluir o primeiro ano no curso ginásial, reafirmando os fatos expostos por diversos autores. Sendo possível observar os dados apresentados no quadro 03:

Quadro 03: Estatística de Aproveitamento do Curso Ginásial da ENRMB - 1957

Estatística de Aproveitamento de 1957					
		Curso Ginásial			
		1ª série	2ª série	3ª série	4ª série
	Matrículas no início do ano letivo	63	32	17	15
	Transferências expedidas	3	3	—	—

Dados Gerais	Transferências recebidas	–	–	–	–
	Matrículas canceladas por desistência	–	1	–	2
	Total de aprovados	21	21	14	13
	Total de não promovidos	39	7	3	1
Primeira Época	Submetidos às provas finais	56	27	14	13
	Promovidos	16	16	12	11
	Reprovados	41	11	2	2
Época Especial	Submetidos às provas finais	–	–	–	1
	Promovidos	–	–	–	1
	Reprovados	–	–	–	–
Segunda Época	Submetidos a exames	15	7	2	1
	Promovidos	6	5	2	1
	Reprovados	9	2	–	–
Alunos Promovidos	Com média global de 5 a 5,9	4	4	1	1
	Com média global de 6 a 6,9	9	11	7	9
	Com média global de 7 a 7,9	6	5	6	2
	Com média global de 8 a 8,9	2	1	–	1
	Com média global de 9 a 10	–	–	–	–

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base no documento Estatística de Aproveitamento do Ano Letivo de 1957, do Acervo do CEMB (Ficha 579).

Por sua vez, o corpo docente no primeiro ano de funcionamento era composto, em sua maioria, por médicos, advogados, contadores e dentistas que ocuparam temporariamente as cadeiras das disciplinas ofertadas, devido à falta de profissionais do magistério. Todavia, por não terem formação na área educacional, poderiam comprometer o ensino de qualidade, assim, para sancionar essa falha foi implementado o Exame de Suficiência, isto é, todo profissional antes de ser contratado tinha que realizar essa prova para mostrar domínio na área. Com isso, aqueles que queriam permanecer atuando, precisaram regularizar a situação prestando esse exame, de acordo com o Decreto-Lei nº 8.777, de 22 de janeiro de 1946:

Art. 4º Poderá também, mediante requerimento, ser concedido registro àqueles que se submeterem a provas de suficiência e se destinarem ao exercício do magistério em regiões onde não houver, a juízo da administração, professores diplomados por faculdade de filosofia ou não os houver em número suficiente. Devendo os candidatos indicar o estabelecimento que deseje contratá-los. [...]

Art. 9º Os exames de suficiência a que se refere o artigo anterior consistirão: a) prova escrita; b) prova prática, se fôr o caso; c) prova didática, e realizar-se-ão, no Distrito Federal, perante a Faculdade Nacional de Filosofia; no Estado em que o requerente exercer o magistério, perante faculdade de filosofia oficial, ou na falta desta, em instituto congênere que mantenha como reconhecido das disciplinas de que tenham de ser prestadas provas, [...] pelo Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação [...] DECRETO-LEI Nº 8.777/1946.

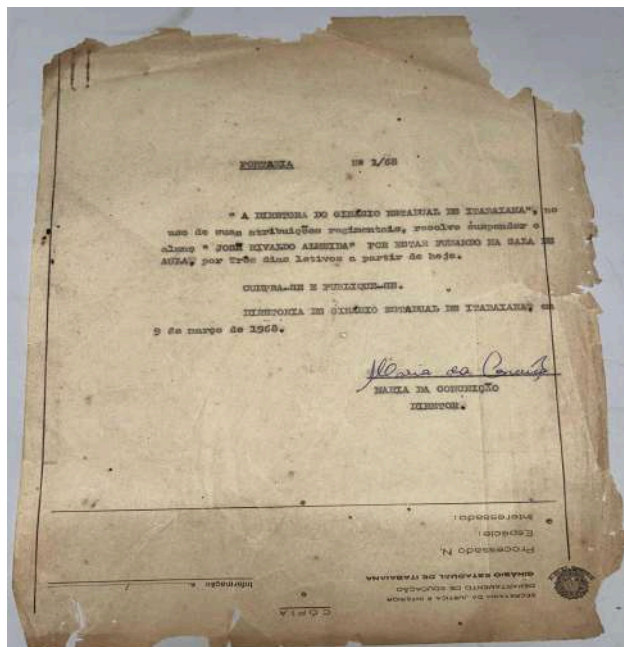
Dada a situação da formação dos professores, a rigidez da escola também é uma característica marcante. Ao ler pesquisas que relatam lembranças de ex-alunos da época do ensino secundário, e analisar a documentação desse recorte temporal, foi possível observar semelhanças no quesito rigor, obediência e punição naqueles ambientes escolares, afinal o intuito era sempre o mesmo, formar alunos nos padrões de cidadãos civilizados. Para isso, havia os inspetores que rondavam a escola para assegurar a ordem e a disciplina dentro da unidade de ensino. Por sua vez, ainda havia diversos casos de desobediência dos alunos perante as regras instituídas, principalmente por desrespeito ao professor/diretor, por infringir e resistir às ordens dos mesmos.

Não são raros os casos em que houve a necessidade de suspensão e/ou expulsão de algum aluno rebelde, mesmo havendo toda uma preocupação para mantê-los na "linha". Conforme Rodrigues (2008, p. 113), “a suspensão do aluno às aulas era uma das punições expressas no regimento interno em caso de desobediência. Mas nem sempre os pais aceitavam com bom senso essa punição”. Segundo os estudos da autora, a vida escolar no Colégio Santa Teresinha, em Boquim, era marcada por situações em que mães, ao saberem da suspensão de seus filhos, procuravam a direção para entender as razões por trás da medida. Algumas dessas mães defendiam os filhos, alegando prejuízos acadêmicos decorrentes da suspensão. É digno de nota que essa instituição era de caráter confessional e particular, inicialmente ofertava o curso primário, e foi fundada na mesma época da Escola Normal Rural Murilo Braga, uma instituição de ensino pública localizada na zona rural, que oferecia o curso ginásial e normal.

Embora houvesse diferenças significativas no ensino e nos objetivos entre as instituições mencionadas, elas compartilhavam um compromisso em comum com o cumprimento de normas e regras. Logo, episódios semelhantes aos citados pela autora no Colégio Santa Teresinha, também ocorriam na ENRMB e podem ser comprovados ao investigar a Portaria nº 01/68, a qual consta um aviso do diretor, referente a suspensão de determinado aluno por três dias letivos, a partir daquela data, por motivos de o mesmo ter fumado na sala de aula, e o Ofício nº 23/69, consta um comunicado ao pai de determinado

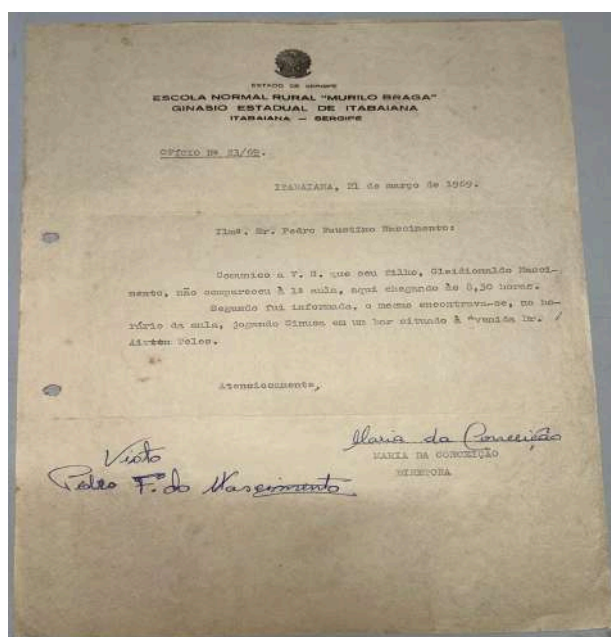
aluno, sobre o mesmo não ter comparecido à primeira aula, chegando na escola às 08:30 horas, devido estar jogando sinuca em um bar próximo.

Figura 05: Portaria nº 01/68



Fonte: Acervo do CEMB (Ficha 819). Fotografia registrada pela autora.

Figura 06: Ofício nº 23/69



Fonte: Acervo do CEMB (Ficha 695). Fotografia registrada pela autora.

Em suma, apesar de algumas falhas de caráter excludente com relação ao exame de admissão, é visível que a fundação dessa escola possibilitou um avanço na educação de Sergipe. Mas, ainda havia uma carência de opções para aqueles que não queriam seguir a carreira de magistério ou nas áreas de corte e costura, marcenaria e mecânica, já que a mencionada instituição ofertava apenas os cursos ginásial, normal e iniciação profissional (técnico).

Assim, insatisfeitos com essa situação, um grupo de ex-alunos que estudavam na capital, iniciou um movimento estudantil para criar um curso científico em Itabaiana, liderado pelo professor Dr. José Augusto Machado¹¹ e com o apoio de instituições locais (Lima, 2009). Para atender as necessidades daqueles jovens, o governador Lourival Baptista, através do Decreto-Lei nº 16, de 15 de maio de 1969, instaurou o tão sonhado curso científico na Escola Normal Rural Murilo Braga (ENRMB), que a partir de então mudou de nome para Colégio Estadual Murilo Braga (CEMB).

2.3 - Currículo do Curso Ginásial da ENRMB (1950-1969)

De acordo com Almeida (2009, p. 15), “[...] o currículo escolar é compreendido como um artefato social e cultural em constante processo de assimilação e construção do conhecimento, sujeito a mudança e transformação e que não pode ser analisado fora de sua constituição histórica”. Isto é, o currículo é um construtor social que tem ligação com a época, a sociedade e as relações que esta constrói com o conhecimento. No âmbito educacional, tornou-se essencial, o seu conceito ao longo dos anos foi modificado, assim o que antes era visto como um plano disciplinar a ser seguido, posteriormente foi observado como o currículo reflete intenções, escolhas e influências sociais, econômicas e culturais, muitas vezes apresentando uma lacuna entre sua proposta e a realidade social em que opera.

De acordo com o teórico Goodson (1997), o currículo não é algo neutro, pois reflete a subjetividade da classe dominante, a qual prioriza os seus interesses ao projetar estratégias a partir da educação para atingir suas metas. Em sua pesquisa, Almeida (2009), ainda aponta que o governo de Vargas percebeu que a educação era um meio facilitador para disseminar

¹¹ José Augusto Machado (1948-2021) foi um engenheiro químico e educador sergipano que desempenhou um papel fundamental na implantação do Ensino Científico no Colégio Estadual Murilo Braga, em Itabaiana, permitindo que muitos jovens da região continuassem seus estudos. Ele também teve uma longa e destacada carreira acadêmica na Universidade Federal de Sergipe, onde lecionou por quase meio século, e atuou em diversos setores industriais, incluindo têxtil e de refrigerantes. Além disso, foi conselheiro titular do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe (Crea-SE) e teve outras atuações importantes no campo da engenharia. Sua contribuição para a educação e a engenharia em Sergipe é lembrada com carinho e respeito. Disponível em: <<https://www.confrea.org.br/jose-augusto-machado>>. Acesso em: 11 set 2025.

seus ideais de nacionalismo e patriotismo. Assim, em 1942, com a reforma de Gustavo Capanema, foi implementada a Lei Orgânica do Ensino Secundário, visando atender a nova perspectiva do país projetada em uma modernização a partir da industrialização, com o poder de influência por meio da modificação curricular, com o intuito de formar novos cidadãos que atendessem ao novo protótipo de sociedade brasileira.

Em seus estudos, sobre o currículo do curso ginásial do ensino secundário, conforme a Lei Orgânica do Ensino Secundário implementada pelo Decreto-lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942, Farias (2009) diz que:

O Curso Ginásial seria composto pelas seguintes matérias: Português, Latim, Francês, Matemática, Desenho, Canto Orfeônico e Educação Física, que estavam presentes em todas as séries; Inglês, que era cursada apenas a partir da terceira série. Já os alunos das primeiras e segundas séries, viam também os conteúdos de História e Geografia Geral e Trabalhos Manuais, enquanto os que cursavam as terceiras e quartas séries estudavam Geografia e História do Brasil e Ciências Naturais (p. 20).

Além das disciplinas curriculares mencionadas (Português, Latim, Francês, Inglês, Matemática, Ciências Naturais, História Geral, História do Brasil, Geografia Geral, Geografia do Brasil, Desenho, Canto Orfeônico e Educação Física), a supracitada lei orgânica decretou que o curso ginásial também abrangeria outras áreas consideradas importantes, tais como a Educação Moral e Cívica, e a Educação Religiosa. Ainda, o seu currículo incluía a Educação Militar, oferecida exclusivamente para alunos do sexo masculino, com o objetivo de preparar jovens para a vida militar e cívica, e a Economia Doméstica, oferecida exclusivamente para alunas do sexo feminino, com foco em habilidades práticas para a gestão do lar e da família, refletindo assim as expectativas sociais e culturais da época.

Outro ponto de destaque, refere-se à implementação das escolas normais rurais no território brasileiro. Chaloba (2022) menciona que iniciou-se a partir de 1930, visando a formação de professores com “consciência agrícola” para atuarem no ensino primário da zona rural, haja vista que nesse período a população era majoritariamente camponesa. Desse modo, essas escolas teriam currículos e práticas pedagógicas ligadas às atividades do campo, a fim de formarem profissionais capacitados para atuarem no meio rural, perpassando os saberes e a valorização do trabalho agrícola.

Em seus trabalhos, Chaloba (2022, p.04) afirma que “a escola rural deveria formar o trabalhador do campo com uma mentalidade agrária, imbuído de valores cívico-patrióticos e de ‘amor e carinho pela Natureza’”. No entanto, nem todas as escolas normais rurais seguiram de fato o ideal de um currículo rural, algumas seguiram a mesma organização curricular das escolas normais urbanas, como é o caso da ENRMB. Por mais que esta fosse

uma escola projetada para o âmbito rural, o curso normal que foi ofertado não possuía disciplinas voltadas para o campo, sendo idêntico ao que o IERB ofertava, como foi mostrado no quadro 01 da subseção anterior.

Após analisar diversos documentos no acervo do CEMB, foi possível constatar que o curso ginásial também seguia a mesma estrutura curricular das escolas urbanas, com as seguintes disciplinas: Português, Latim, Francês, Inglês, Matemática, Ciências Naturais, História Geral, História Natural, História da América, História do Brasil, Geografia Geral, Geografia do Brasil, Ciências Naturais, Ciências Físicas e Biológicas, Desenho, Trabalhos Manuais, Canto Orfeônico, Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política, Religião, Economia Doméstica, e Educação Física, distribuídas nas séries ao longo dos anos. Os dados coletados e examinados minuciosamente serão apresentados nos quadros subsequentes, proporcionando uma visão detalhada da composição curricular do curso ginásial.

Quadro 04: As Disciplinas do Curso Ginásial da ENRMB – 1950, 1951, 1952 e 1953

As Disciplinas do Curso Ginásial da ENRMB				
Disciplinas	1950	1951	1952	1953
Português	1ª série	1ª, 2ª série	1ª, 2ª, 3ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série
Matemática	1ª série	1ª, 2ª série	1ª, 2ª, 3ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série
História do Brasil	1ª série	1ª série	1ª, 3ª série	1ª, 4ª série
História Geral	—	2ª série	2ª série	2ª, 3ª série
História Natural	—	—	2ª, 3ª série	2ª, 3ª, 4ª série
Geografia do Brasil	1ª série	1ª série	1ª, 3ª série	1ª, 4ª série
Geografia Geral	—	2ª série	2ª série	2ª, 3ª série
Trabalhos Manuais	1ª série	1ª, 2ª série	1ª, 2ª série	1ª, 2ª série
Canto Orfeônico	1ª série	1ª, 2ª série	1ª, 2ª, 3ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série
Desenho	1ª série	1ª, 2ª série	1ª, 2ª, 3ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série
Francês	1ª série	1ª, 2ª série	1ª, 2ª, 3ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série
Latim	1ª série	1ª, 2ª série	1ª, 2ª, 3ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série
Inglês	—	2ª série	2ª, 3ª série	2ª, 3ª, 4ª série
Educação Física	1ª série	1ª, 2ª série	1ª, 2ª, 3ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos documentos Corpo Docente em Exercício e Boletim de Informações, do Acervo do CEMB (Fichas 03, 26, 820, 821, 822, 860, 1009).

Em 1950, iniciaram-se às atividades acadêmicas da ENRMB com a primeira turma da 1ª série, que ofertava as disciplinas de História do Brasil, Trabalhos Manuais, Português, Matemática, Geografia do Brasil, Latim, Francês, Desenho, Canto Orfeônico e Educação Física. No ano seguinte, foi inserida a primeira turma da 2ª série, com um diferencial, a inclusão de Inglês, História Geral e Geografia Geral. Posteriormente, em 1952 e 1953, foram inseridas as primeiras turmas de 3ª série e 4ª série respectivamente, com a inclusão de História Natural. Santos (2021), destaca que a disciplina História Natural abrangia temas como Botânica, Zoologia, Geologia, Mineralogia e Higiene, até ser gradualmente substituída por Ciências Biológicas/Biologia, processo concluído em 1960.

Quadro 05: As Disciplinas do Curso Ginásial da ENRMB – 1954, 1955, 1956 e 1957

As Disciplinas do Curso Ginásial da ENRMB				
Disciplinas	1954	1955	1956	1957
Português	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série
Matemática	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série
História do Brasil	1ª, 4ª série	1ª, 4ª série	1ª, 4ª série	1ª, 4ª série
História Geral	2ª, 3ª série	2ª, 3ª série	2ª, 3ª série	2ª, 3ª série
Ciências Naturais	3ª, 4ª série	3ª, 4ª série	3ª, 4ª série	3ª, 4ª série
Geografia do Brasil	1ª, 4ª série	1ª, 4ª série	1ª, 4ª série	1ª, 4ª série
Geografia Geral	2ª, 3ª série	2ª, 3ª série	2ª, 3ª série	2ª, 3ª série
Trabalhos Manuais	1ª, 2ª série	1ª, 2ª série	1ª, 2ª série	1ª, 2ª série
Canto Orfeônico	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série
Desenho	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série
Francês	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série
Latim	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série
Inglês	2ª, 3ª, 4ª série	2ª, 3ª, 4ª série	2ª, 3ª, 4ª série	2ª, 3ª, 4ª série
Economia Doméstica	—	3ª e 4ª série	3ª e 4ª série	3ª e 4ª série
Educação Física	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base no documento Corpo Docente em Exercício e Atas de Resultados Finais, do Acervo do CEMB (Fichas 65, 301, 302, 303, 305, 630, 668).

Diante das mudanças que ocorreram ao longo dos anos letivos, em 1954, a disciplina História Natural foi substituída por Ciências Naturais. Já em 1955, ocorreu a inserção da disciplina Economia Doméstica, exclusiva para as alunas do sexo feminino da 3ª e 4ª série, que abordava sobre os assuntos referentes ao cuidado do lar e da família. Como enfatiza Amaral Júnior (2013):

[...] Economia Doméstica foi criada segundo o modelo predominante de família de uma época, e fiel a este modelo, tinha como principal foco as mulheres e assim prepará-las para a melhor administração de seus lares, o que englobava a administração de recursos familiares, a decoração e asseio da casa, a conservação e confecção do vestuário, o cuidado e educação dos filhos e o manejo, higiene, conservação e preparo dos alimentos (p.280).

Essa disciplina permaneceu ativa no currículo até 1961, os motivos que levaram a sua exclusão não foram localizados na documentação investigada, mas possivelmente esteja relacionada às alterações que o currículo sofreu após a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961), que abrangeu todos os níveis e modalidades de ensino do Brasil. Essas mudanças podem ser verificadas nos quadros 06, 07 e 08:

Quadro 06: As Disciplinas do Curso Ginásial da ENRMB – 1958, 1959, 1960 e 1961

As Disciplinas do Curso Ginásial da ENRMB				
Disciplinas	1958	1959	1960	1961
Português	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série
Matemática	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série
História do Brasil	1ª, 4ª série	1ª, 4ª série	1ª, 4ª série	1ª, 4ª série
História Geral	2ª, 3ª série	2ª, 3ª série	3ª série	3ª série
História da América	—	—	2ª série	2ª série
Geografia do Brasil	1ª, 4ª série	1ª, 4ª série	3ª, 4ª série	3ª, 4ª série
Geografia Geral	2ª, 3ª série	2ª, 3ª série	1ª, 2ª série	1ª, 2ª série
Ciências Naturais	3ª, 4ª série	3ª, 4ª série	3ª, 4ª série	3ª, 4ª série
Trabalhos Manuais	1ª, 2ª série	1ª, 2ª série	1ª, 2ª série	1ª, 2ª série
Canto Orfeônico	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série
Desenho	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série
Francês	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série

Latim	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série
Inglês	2ª, 3ª, 4ª série	2ª, 3ª, 4ª série	2ª, 3ª, 4ª série	2ª, 3ª, 4ª série
Economia Doméstica	3ª e 4ª série	3ª e 4ª série	3ª e 4ª série	3ª e 4ª série
Religião	—	—	—	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série
Educação Física	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos documentos Corpo Docente em Exercício e Livro de Ponto dos Professores, do Acervo do CEMB (Fichas 115, 153, 1408).

Por meio da análise dos dados acima, é notável a inserção da disciplina História da América na 2ª série de 1960, que provavelmente tratava de assuntos sobre a geografia e a história do continente e da população americana, a fim de enfatizar e fortalecer a identidade nacional e promover a compreensão dos processos históricos que moldaram a América. E em 1961, é inserida a disciplina Religião, sendo sua oferta obrigatória dentro dos horários normais, mas com matrícula facultativa e sem custos ao poder público, isto é, o aluno tinha o poder de escolha em frequentar as aulas, além disso, a temática deveria ser de acordo com a crença dos alunos. Conforme o Art. 97 da Lei nº 4.024, de 20 de novembro de 1961 (LDB/1961):

Art. 97. O ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa, e será ministrado sem ônus para os poderes públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável.

§ 1º A formação de classe para o ensino religioso independe de número mínimo de alunos.

§ 2º O registro dos professores de ensino religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva (Brasil, 1961).

Nos anos seguintes, após a promulgação da supracitada lei, o currículo do curso ginásial da ENRMB sofreu alterações significativas, com a inclusão de novas disciplinas e a exclusão de outras. Como mostra os quadros 07 e 08, essas mudanças demonstram uma reestruturação do currículo visando atender às novas necessidades e demandas da educação.

Quadro 07: As Disciplinas do Curso Ginásial da ENRMB – 1962, 1963, 1964 e 1965

As Disciplinas do Curso Ginásial da ENRMB				
Disciplinas	1962	1963	1964	1965
Português	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série
Matemática	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série

História	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série
Geografia	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série
Ciências Físicas e Biológicas	4ª série	4ª série	4ª série	4ª série
Canto Orfeônico	1ª, 2ª série	1ª, 2ª série	1ª, 2ª série	—
Desenho	3ª, 4ª série	3ª, 4ª série	3ª, 4ª série	3ª, 4ª série
Francês	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série
Latim	3ª, 4ª série	3ª, 4ª série	3ª, 4ª série	—
Inglês	3ª, 4ª série	3ª, 4ª série	3ª, 4ª série	3ª, 4ª série
Religião	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série
Iniciação à Ciências	1ª, 2ª série	1ª, 2ª série	1ª, 2ª série	1ª, 2ª série
Educação Moral e Cívica	1ª, 2ª série	1ª, 2ª série	1ª, 2ª série	1ª, 2ª série
Educação Física	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos documentos Livro de Ponto dos Professores, Atas de Resultados Finais, Currículo do Curso Ginásial e Horários do Curso Ginásial do Acervo do CEMB (Fichas 453, 458, 459, 460, 922, 1408, 1728).

Ao observar as informações coletadas, foi constatada mudanças relevantes em sua organização, como a exclusão das disciplinas Trabalhos Manuais e Economia Doméstica, além da inclusão das disciplinas Ciências Físicas e Biológicas, Iniciação à Ciências e Educação Moral e Cívica, após à promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961. Segundo os estudiosos, Queiroz e Hosoume (2018, p. 05), essa reforma educacional “é considerada a mais importante dentre as impactantes reformas do sistema educacional brasileiro ocorridas ao longo do século XX”, pois foi a pioneira em estabelecer uma lei única que abrangeu todos os níveis e modalidades de ensino no país.

Queiroz e Hosoume (2018, p. 12), afirmam ainda que “o artigo 1º da LDB/1961 suscita conferir importância ao conhecimento científico como parte do contexto social do aluno, inserindo o tema como uma das finalidades da educação nacional [...]”. Com isso, a disciplina Ciências Naturais ampliou-se à Ciências Físicas e Biológicas abrangendo os conteúdos de Física, Química e Biologia, e também foi incluída a disciplina Iniciação à Ciências que tinha como objetivo preparar os alunos para futuramente aprofundar seus estudos em cursos de caráter científico.

Vale ressaltar que, inicialmente a disciplina Ciências Físicas e Biológicas só foi ofertada nas turmas de 4ª série, e as disciplinas História do Brasil, História Geral, Geografia do Brasil e Geografia Geral, se tornaram apenas História e Geografia, respectivamente. Ainda, a disciplina Canto Orfeônico passou a ser ofertada apenas para a 1ª e 2ª série e Latim ofertada apenas para as turmas de 3ª e 4ª série nos anos de 1962 à 1964, pois em 1965 não aparecem no currículo. Assim como, as disciplinas Inglês e Desenho que também passaram a ser ofertadas apenas para as turmas de 3ª e 4ª série, e esta última retornou às turmas de 1ª série apenas em 1966 e 1968, e às turmas de 2ª série em 1967. Com podem ser vistos no quadro 08:

Quadro 08: As Disciplinas do Curso Ginásial da ENRMB – 1966, 1967, 1968 e 1969

As Disciplinas do Curso Ginásial da ENRMB				
Disciplinas	1966	1967	1968	1969
Português	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série
Matemática	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série
História	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série
Geografia	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª série
Ciências Físicas e Biológicas	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 4ª série
Canto Orfeônico	—	1ª, 2ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	—
Desenho	1ª, 3ª, 4ª série	2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 3ª, 4ª série	3ª, 4ª série
Francês	1ª, 2ª série	1ª, 2ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª série
Inglês	3ª, 4ª série	3ª, 4ª série	3ª, 4ª série	3ª, 4ª série
Religião	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série
Educação Moral e Cívica	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª série	1ª, 2ª série	2ª série
Org. Social e Política	3ª, 4ª série	3ª, 4ª série	2ª, 3ª, 4ª série	3ª, 4ª série
Educação Física	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série	1ª, 2ª, 3ª, 4ª série

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base no documento Corpo Docente em Exercício, do Acervo do CEMB (Fichas 490, 548, 1026, 1054).

Neste último quadro sobre o currículo da ENRMB, observamos que a disciplina Ciências Físicas e Biológicas passou a ser ofertada para todas as turmas, exceto para a 2ª

série em 1969. Já a disciplina Geografia não foi ofertada para a turma de 3ª série neste ano. A disciplina Canto Orfeônico também apresentou uma oferta irregular, pois não foi ofertada em 1966 e 1969, mas esteve presente em 1967 (1ª e 2ª série) e em 1968 (todas as turmas). A disciplina Francês foi ofertada para todas as turmas somente em 1968, enquanto nos demais anos foi limitada às turmas de 1ª e 2ª série. Além disso, em 1966, destaca-se a inclusão da disciplina Organização Social e Política.

Ademais, embora as disciplinas Organização Social e Política, e Educação Moral e Cívica apareçam no início dos anos 60 no currículo da ENRMB, somente em 1969 por meio do Decreto-Lei nº 869, que esses componentes tornaram-se obrigatórios nos currículos. E, por sua vez, tinham como objetivo formar os cidadãos promovendo valores de patriotismo e respeito às leis, servindo de aparato ideológico dentro e fora da escola, principalmente no período da ditadura civil-militar (1964-1985). Como enfatizam em seus estudos Carvalho, Silva e Evangelista (2020):

Por meio do controle disciplinar, buscava-se ordem, obediência, homogeneização, respeito à hierarquia e desenvolvimento dos indivíduos a favor dos interesses da sociedade e do governo. Tais interesses se resumiam no aumento da produção industrial para o incremento da economia e do País. [...] As discussões sobre a EMC que se seguiram depois do golpe de 1964, quando a disciplina foi reformulada e utilizada como dispositivo de poder, pretendiam fazê-la ir além, deveria ultrapassar as paredes das salas de aula para chegar às famílias e à sociedade (p.465).

Ainda, por meio da investigação documental que permitiu a construção dos quadros acima, foi possível validar que, embora a primeira turma da terceira série e quarta série do curso ginásial da ENRMB, tenham surgido em 1952 e 1953, respectivamente, a disciplina Economia Doméstica que era obrigatória para todas as turmas de 3ª e 4ª série, somente foi incluída em seu currículo a partir de 1955. De acordo com o Art. 25 da Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 09 de abril de 1942, atualizada pelo Decreto-Lei nº 8.347, de 10 de dezembro de 1945:

Art. 25. Serão observadas, no ensino secundário feminino, as seguintes prescrições especiais:

1. É preferível que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina.
2. Nos estabelecimentos de ensino secundário frequentados por homens e mulheres, será a educação destas ministrada, sempre que possível, em classes exclusivamente femininas.
3. Incluir-se-á, na terceira e na quarta série do curso ginásial, a disciplina de economia doméstica.
4. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher no lar (Brasil, 1945).

Em sua pesquisa, Farias (2009) menciona que a disciplina de Economia Doméstica que tinha como finalidade, formar boas esposas e mães cuidadosas, a partir de ensinamentos

que se voltavam para os cuidados com a casa e a família. Isto é, uma disciplina exclusiva para as alunas, para disseminar os ideais que as mulheres daquela época deveriam seguir, reforçando os papéis femininos tradicionais e as suas expectativas sociais. Na visão de Alves, Oliveira e Costa (2020):

As organizações curriculares, com as mudanças ocorridas no percurso da educação feminina, estão associadas diretamente às legislações nacionais, como também às estaduais. A educação secundária sergipana possibilitava às mulheres uma formação compatível com o espírito da época e o entendimento sobre o lugar por elas ocupado (p. 184).

Desse modo, na próxima seção, será abordada de forma breve sobre a inserção da disciplina Economia Doméstica no ensino secundário, destacando seu papel na formação das mulheres. Além disso, serão apresentados os estudos sobre os conteúdos das cadernetas de Economia Doméstica da Escola Normal Rural Murilo Braga (ENRMB), buscando compreender como esses conteúdos refletiam os ideais e valores da época e como contribuíram para a formação das mulheres sergipanas. Essa análise permitirá uma compreensão mais profunda da relação entre a educação e a construção da identidade feminina naquele contexto.

SEÇÃO III

FORMAÇÃO DE MULHERES PARA O TRABALHO DOMÉSTICO: A DISCIPLINA ECONOMIA DOMÉSTICA E OS SEUS CONTEÚDOS NO CURSO GINASIAL DA ENRMB (1955-1961)

Nesta seção, serão abordados os aspectos fundamentais da formação da mulher e sua relação com a disciplina de Economia Doméstica. Primeiramente, será traçada uma breve cronologia do processo da formação da mulher entrelaçada com a inserção da Economia Doméstica, pontuando as principais conquistas, mudanças e desafios que marcaram essa trajetória. Em seguida, será realizada uma análise detalhada dos conteúdos ministrados na Escola Normal Rural Murilo Braga, por meio do exame das cadernetas encontradas no acervo da instituição e autores que discutem essa temática.

3.1- A Formação da Mulher e a Economia Doméstica na Educação Brasileira

A formação educacional da mulher ao longo dos anos enfrentou inúmeros desafios e obstáculos. Durante o período colonial, a cultura patriarcal se consolidou como uma das principais estruturas sociais do Brasil, Ribeiro (2003) destaca que a mulher branca daquela época era condicionada a manter-se submissa ao homem, sendo-lhe negado o poder de pensar e decidir. A educação feminina era restrita e controlada, ocorrendo em seus próprios lares para as moças de famílias abastadas ou em conventos, onde eram raras as oportunidades de acesso. Nesse contexto, a igreja desempenhou um papel fundamental na educação, utilizando-a como um meio de doutrinação para o casamento, o cuidado doméstico e a gestão familiar. Como ressalta Louro (2015) em seu trabalho:

Para as filhas de grupos sociais privilegiados, o ensino de leitura, da escrita e das noções básicas da matemática era geralmente complementado pelo aprendizado do piano e do francês que, na maior parte dos casos, era ministrado em suas próprias casas por professoras particulares, ou em escolas religiosas. As habilidades com agulha, os bordados, as rendas, as habilidades culinárias, bem como as habilidades de mando das criadas e serviçais, também faziam parte da educação das moças; acrescida de elementos que pudessem torna-las não apenas uma companhia mais agradável ao marido, mas também uma mulher capaz de bem representá-lo socialmente (p.446).

No entanto, a educação fornecida pelas freiras, apresentava uma peculiaridade, embora seguissem fielmente a doutrina religiosa e combatesse o pecado, elas possuíam conhecimentos sobre economia bancária que também se refletiam em suas aulas. Isso fez com que os seus discursos se desviassem dos ensinamentos considerados ideais para as moças daquela época. Como aponta Souza (2015, p. 53) ao afirmar que “a educação dada em

conventos seguiu vertentes perniciosas, distorcendo seus fins educacionais e religiosos para o comércio, de tal forma, que passaram a exercer a função de agenciadores bancários”. Assim, para não correr o risco de que suas filhas tomassem conhecimento de outra esfera a não ser a doméstica, as famílias recorreram às instituições de ensino para mulheres.

No Brasil Imperial, a vinda da família real trouxe muitas influências europeias para a educação brasileira. Com a transferência da Biblioteca Real o cenário educacional no país teve uma melhora considerável, mas a formação da mulher ainda era limitada às prendas domésticas. Diante desse cenário, em 1827, a “economia doméstica” aparece pela primeira vez como disciplina escolar nos registros da primeira Instrução Pública destinada às Escolas de Primeiras Letras. A priori, esta tinha como foco o aprendizado em costura, cozinha, higiene e manutenção da casa, como mencionam Bastos e Garcia (1999):

A disciplina economia doméstica está presente no currículo da Escola de Primeiras Letras desde a implantação da primeira lei para a Instrução Pública Nacional, de 15 de outubro de 1827, que determinava o ensino ‘também das prendas que servem à economia doméstica’, compreendendo conhecimentos elementares de trabalhos de agulha - bordado e costura, e música. Posteriormente, ampliam-se os conhecimentos da disciplina, passa a envolver, também, outra gama de assuntos _ cozinha, manutenção da roupa, cuidados com a limpeza da casa e do jardim, higiene (p. 81).

Na segunda metade do século XIX, o país enfrentou mudanças em sua economia com o crescimento da industrialização e a necessidade de mão de obra especializada, logo o desenvolvimento da educação começou a ser palco de discussão, haja vista que grande parte da população não possuía formação adequada, discorre Souza (2015). Desse modo, a mulher passa a ser vista como uma mão de obra indispensável para aquele momento de fervor fabril, mas ainda permaneceria submissa ao trabalho doméstico e não deveria competir profissionalmente com o homem. Seguindo a análise de Almeida (2007):

A mulher deveria se cultivar para viver em sociedade e ser agradável ao homem, porém não poderia concorrer com ele profissional e intelectualmente, pois isso seria ultrapassar os limites da segurança social. [...] Em princípio, caberia-lhe regenerar a sociedade e, para isso, precisaria ser instruída. Mas instruída de uma forma que o lar e o bem estar do marido e dos filhos fossem beneficiados por essa instrução [...]. A instrução da mulher deveria se reverter em benefício da família e, por meio desta, à pátria, que se expandiria cada vez mais em seu desenvolvimento, alinhando-se com as grandes nações do mundo [...] (p. 110).

Apesar de tamanha restrição, ainda assim para aquelas mulheres era uma conquista poder adentrar em um espaço que antes era considerado majoritariamente masculino. No campo da educação, o currículo não era uníssono, pois havia disciplinas exclusivas para os estudantes do sexo feminino e masculino. Conforme os estudos de Kulesza (2006), no currículo da Escola Normal de São Paulo de 1890, estavam presentes as disciplinas Exercícios Militares (1º ano) e Álgebra e Escrituração Mercantil (2º ano) exclusivas para o

público masculino, assim como, Prendas e Exercícios Escolares (1º ano) e “Economia Doméstica” e Prendas (2º ano) eram exclusivas para o público feminino. Como mostra o quadro 09:

Quadro 09: Currículo da Escola Normal de São Paulo – 1890

Currículo da Escola Normal de São Paulo (1890)		
1º ano	2º ano	3º ano
Português	Português	História do Brasil
Exercícios Militares (masc.)	Álgebra e Escrituração Mercantil (masc.)	Biologia
Aritmética	Física e Química	Educação Cívica e Moral
Caligrafia e Desenho	Desenho	Política
Prendas e Exercícios Escolares (fem.)	“Economia Doméstica” e Prendas (fem.)	Exercícios Práticos
Geografia e Cosmografia	Música	Exercícios Práticos
–	Ginástica	–
–	Geometria	–

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos estudos de Kulesza, 2006, apud Souza, 2015.

Como pode ser visto, o currículo da Escola Normal de São Paulo de 1890 revela uma clara distinção entre os papéis atribuídos aos homens e as mulheres na sociedade da época. A presença de disciplinas como Exercícios Militares para os homens e Prendas para as mulheres demonstra a influência de estereótipos de feminilidade na formação educacional. Não obstante, Souza (2015) reforça que no currículo da Escola Normal de Sergipe, após a reforma do ensino de 1892, manteve a disciplina Prática que remetia a “economia doméstica”, pois os seus conteúdos ensinados eram corte e costura, trabalhos de agulha e caligrafia comum, ofertada em todas as séries.

Essa abordagem educacional, que enfatizava a formação de mulheres para o lar e a família, era reflexo de uma sociedade que valorizava a domesticidade feminina. No final do século XIX, a formação feminina era marcada por uma ênfase em habilidades práticas, como a costura, a culinária e a gestão doméstica, que eram consideradas essenciais para o

desempenho de seus papéis sociais, reforça Souza (2015). Com isso, a educação feminina, marcada por essas limitações e estereótipos, lançou as bases para as discussões feministas e transformações que ocorreriam no século seguinte.

À medida que a sociedade brasileira se modernizava, novas demandas e oportunidades surgiam, influenciando a educação e o papel das mulheres na sociedade. Na primeira década do século XX, as mulheres já ocupavam um espaço no mundo industrial, no entanto, ainda eram alvos de preconceito e desvalorização. Segundo Ferreira e Dias (2011, p. 19), “empregar essa parcela da população era um negócio bastante lucrativo, porque deixavam de pagar determinados impostos e ainda exploravam discretamente uma força de trabalho cuja capacidade de resistência às ordens dirigidas era considerada baixa”.

Frequentemente, essas mulheres eram vítimas de assédios sexuais de patrões, e apesar das denúncias, os casos raramente eram investigados ou punidos. Além disso, a sociedade relacionava o trabalho fora de casa como impróprio e indecente, enquanto o trabalho doméstico, era visto como atividades mais adequadas para as boas esposas e mães, destaca Ferreira e Dias (2011). Essa visão sexista e limitante reforçava a opressão das mulheres, restringindo suas opções e oportunidades no mercado de trabalho, desviando o foco para o magistério e ao cuidado do lar, atividades reforçadas no ambiente escolar pela disciplina Economia Doméstica.

No decorrer do século XX, reformas educacionais foram promulgadas, tendo como uma das principais a Reforma de Capanema, que reformulou o ensino secundário, em 1942. Essa reforma estabeleceu as bases para a organização do ensino secundário no Brasil, definindo os currículos e as disciplinas que seriam ministradas. O quadro 10 apresenta as disciplinas que faziam parte do currículo do ensino secundário, oferecendo uma visão detalhada da estrutura educacional da época.

Quadro 10: Disciplinas do Ensino Secundário conforme a Reforma Capanema – 1942

Disciplinas do Ensino Secundário conforme a Reforma Capanema - 1942				
Disciplinas	Séries			
	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série
Português	X	X	X	X
Latim	X	X	X	X
Francês	X	X	X	X

Inglês	–	X	X	X
Matemática	X	X	X	X
História Geral	X	X	–	–
História do Brasil	–	–	X	X
Geografia Geral	X	X	–	–
Geografia do Brasil	–	–	X	X
Ciências Naturais	–	–	X	X
Trabalhos Manuais (masc.)	X	X	–	–
Economia Doméstica (fem.)	–	–	X	X
Desenho	X	X	X	X
Canto Orfeônico	X	X	X	X

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos estudos de Almeida (2017).

Almeida (2017), pontua em sua pesquisa que as disciplinas Trabalhos Manuais e Economia Doméstica eram destinadas aos estudantes do sexo masculino e feminino, respectivamente. Essa divisão de disciplinas reforça a ideia de que a educação feminina estava voltada para o lar e a família, preparando as mulheres para desempenhar papéis tradicionais de cuidado e gestão doméstica. Apesar dos avanços e conquistas que as mulheres estavam obtendo na época, a ênfase na educação feminina na Lei Orgânica de 1942, de forma discreta ainda visava reforçar o papel da mulher como mãe, esposa e dona de casa, pilar da família e da sociedade.

A Economia Doméstica alcançou um nível de desenvolvimento que permitiu a criação de um curso de graduação no país em meados de 1952, o qual preservou os mesmos princípios pedagógicos da disciplina ministrada nos cursos secundário e normal. O objetivo primordial do curso era capacitar as mulheres para a gestão eficaz do lar, ao mesmo tempo em que as preparava para o ingresso no mercado de trabalho, salienta Souza (2015). O curso permaneceu em vigor até as décadas de 1980 e 1990, quando foi considerado anacrônico pela sociedade e, em decorrência disso, foi extinto devido à mobilização de movimentos sociais. Como aponta, Amaral Júnior (2014):

No momento de sua criação, a proposta do ensino superior em Economia Doméstica teve boa aceitação nacional, sendo criado em diversas universidades brasileiras, na modalidade bacharelado e licenciatura. Não tardaria, no entanto, para que as transformações sociais colocassem novas demandas à formação dos profissionais de Economia Doméstica e consequentemente, iniciasse um processo de extinção de vários dos cursos ofertados no país (p. 83).

Com efeito, Ferreira e Dias (2011) afirma que, as mulheres conquistaram maior espaço no mercado de trabalho, distanciando-se gradualmente do papel exclusivo de cuidadoras do lar, principalmente a partir da década de 1960, impulsionadas pelos movimentos feministas. Em pequenos passos, incluíram-se em diversas áreas de atuação, tais como medicina e direito, antes consideradas profissões de caráter masculino. Em consequência, a tendência foi consolidar e aprimorar essas conquistas, de modo que, ao final da década de 1990, as mulheres haviam alcançado significativos avanços nos mercados de trabalho.

Em suma, cabe ressaltar que a disciplina Economia Doméstica – foco central desta pesquisa –, foi paulatinamente substituída por outras disciplinas mais contemporâneas e alinhadas às necessidades sociais da época, marcando um ponto importante na história da educação brasileira. Essa transição nos leva a questionar: Quais eram os conteúdos e habilidades que essa disciplina visava transmitir às mulheres? É justamente essa questão que será abordada a seguir, ao examinarmos os conteúdos e práticas pedagógicas que caracterizavam a Economia Doméstica por meio das cadernetas ministradas na Escola Normal Rural Murilo Braga (1955-1961).

3.2 - Os Conteúdos das Cadernetas de Economia Doméstica da ENRMB (1955-1961)

Diante da realidade brasileira da primeira metade do século XX, marcada por um período de crescimento econômico e industrial, mas também por desafios significativos, como o analfabetismo, a mortalidade infantil e as doenças transmissíveis, que obstaculizavam o pleno desenvolvimento do país, o governo recorreu à educação como uma ferramenta estratégica para enfrentar esses problemas. Nesse contexto, implementou-se reformas educacionais alinhadas com os interesses governamentais da época, cabendo destacar a Reforma Francisco Campos, de 1931, e a Reforma Capanema, de 1942, visando minimizar esses entraves e promover o avanço nacional, enfatiza Almeida (2009).

A associação dos desafios sociais e de saúde pública da época com a estereotipação da mulher como cuidadora e gestora do lar, direcionou os olhares à educação feminina como uma estratégia para minimizar esses problemas. Logo, em 1942, a Economia Doméstica foi incorporada ao ensino secundário por meio da Lei Orgânica do Ensino Secundário, tornando-se uma disciplina obrigatória e específica para as turmas femininas da 3ª e 4ª série. À vista disso, Almeida (2017) complementa:

Era preciso mudar o quadro considerado grave e a educação doméstica para as mulheres tornou-se um caminho viável. A República trouxe com ela o ideal de

progresso e desenvolvimento que seria alcançado por meio de uma população educada e saudável. E a mulher foi a pedra de toque para atingir tais objetivos (p. 63).

Às margens da Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, e da Lei n. 212, de 29 de novembro de 1949, em Itabaiana, foi inaugurado o Ginásio Estadual de Itabaiana. As aulas do primeiro ano letivo tiveram início em março de 1950, com uma turma inaugural de 30 alunos na 1ª série do curso ginásial. Nos anos subsequentes, a instituição expandiu sua oferta educacional incluindo as 2ª, 3ª e 4ª séries do curso ginásial, e implementou o curso normal, fator decisivo para a mudança de nome do GEI, o renomeando de Escola Normal Rural Murilo Braga, em 1955, acentua Costa (2016).

Considerando a sequência lógica da oferta das turmas de 3ª e 4ª série, esperava-se que a disciplina de Economia Doméstica fosse incluída em seu currículo nos anos letivos de 1952 e 1953. No entanto, constatou-se que a disciplina somente foi incorporada ao currículo a partir de 1955, sem que os motivos para essa inclusão tardia conseguissem ser apresentados neste trabalho. Uma busca por documentos relativos à disciplina nesse período inicial não revelou registros das cadernetas, apenas um documento com informações sobre o corpo docente em exercício, como consta na figura 07. Os registros das cadernetas somente estão disponíveis a partir de 1956 a 1961, com lacunas nos anos de 1957 (4ª série), 1958 (3ª e 4ª série), 1959 (4ª série) e 1961 (3ª série), estas possivelmente devem ter desaparecido durante as mudanças e reformas na infraestrutura da instituição.

Figura 07: Corpo Docente em Exercício do Curso Ginásial – 1955

Série	Materia	NOME DO PROFESSOR	Nº do registro ou do ofício encaminhado a lotação	Assinatura para o livro de Registro
1.ª. A.	PORTUGUÊS	JOSÉ DA SILVA ROCHA	-	
2.ª. B.	PORTUGUÊS	ALBERTO ALVES DE OLIVEIRA	-	
3.ª. C.	PORTUGUÊS	ALBERTO ALVES DE OLIVEIRA	-	
1.ª. D.	LATIM	ALBERTO ALVES DE OLIVEIRA	19.043	
2.ª. E.	FRANÇÊS	CARLOS AUGUSTO VANTAS	-	
3.ª. F.	INGLÊS	RAIMUNDO LUIZ DA SILVA	-	
1.ª. G.	MATEMÁTICA	FRIBO TIVO DE CAMPOS NETO	-	
2.ª. H.	MATEMÁTICA	JOSÉ DA SILVA ROCHA	-	
3.ª. I.	MATEMÁTICA	CELESTINO VILTON ALBERTO ROCHA	-	
4.ª. J.	FÍSICA	LUIS CARLOS FORTES DE ALMEIDA	-	
1.ª. K.	QUÍMICA	JOSÉ DA SILVA ROCHA	-	
2.ª. L.	QUÍMICA	JOSÉ DA SILVA ROCHA	-	
3.ª. M.	QUÍMICA	FRANCISCA INACIOLINA	-	
1.ª. N.	DESenho	FRIBO TIVO DE CAMPOS NETO	-	
2.ª. O.	EDUCAÇÃO	CORDEIRO CARLOS AUGUSTO VANTAS	-	
3.ª. P.	EDUCAÇÃO	FRANCISCA INACIOLINA	-	
4.ª. Q.	FÍSICA	FRIBO TIVO DE CAMPOS NETO	-	
		FRIBO TIVO DE CAMPOS NETO	-	

Modelo n.º 7

Fonte: Acervo do CEMB (Ficha 668). Fotografia registrada pela autora.

A análise da caderneta da 3ª série de 1956 permitiu extrair as seguintes informações: a turma era composta por seis alunas, sob a regência da docente Francisca Umbelina de Góis. As aulas eram ministradas semanalmente às sextas-feiras, e ao longo do ano letivo foram abordados os seguintes temas: “Arranjo e higiene da habitação” e “Preparo, conservação e uso dos alimentos”, conforme detalhado no quadro 11.

Quadro 11: Conteúdos da Caderneta da Disciplina Economia Doméstica da 3ª Série do Curso Ginásial – 1956

Conteúdos Descritos na Caderneta da Disciplina Economia Doméstica da 3ª Série do Curso Ginásial de 1956	
03.08 - Móveis e utensílios	06.09 - Alimentação e nutrição
17.08 - Pisos, paredes e tetos	20.09 - Origem e preparo dos alimentos

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base no documento Caderneta de Economia Doméstica da 3ª série do Curso Ginásial de 1956, do acervo do CEMB (Ficha 1505).

Os conteúdos de Economia Doméstica para a terceira série do ano letivo de 1956 focaram na organização do lar, abrangendo a seleção e manutenção de móveis e utensílios, bem como o cuidado com pisos, paredes e tetos, que visam criar um ambiente familiar confortável e aconchegante. Além disso, a disciplina abordou questões de alimentação, com ênfase na nutrição, origem e preparo de alimentos, objetivando que as alunas adquirissem conhecimento suficiente para escolher produtos saudáveis e seguir uma dieta nutritiva, conforme destacado por Farias (2009). Durante o ano letivo de 1956, foram ministradas apenas quatro¹² aulas sobre esses temas. É interessante notar que, de acordo com o Programa Oficial de Economia Doméstica por meio da portaria ministerial n.14, de 7 de janeiro de 1946, conforme demonstram os estudos de Vechia e Lorenz, 1998, a disciplina deveria ofertar os seguintes conteúdos na terceira série e quarta série:

TERCEIRA SÉRIE

A) INTRODUÇÃO

Unidade I – **Objeto da Economia Doméstica** – 1. A importância da vida em família e o nobre papel que nela compete à mulher. 2. A necessidade da economia doméstica e os estudos que comporta.

B) ARRANJO E HIGIENE DA HABITAÇÃO

Unidade II – **A habitação da família** – 1. Dependência da casa e arranjo de cada uma, com o sentido de torna-la agradável e adequada a seus fins. 2. Móveis e utensílios. 3. Ornamentação.

¹² De acordo com os registros da caderneta de Economia Doméstica da terceira em 1956. Possivelmente, houve um número maior de aulas ministradas durante o ano letivo, mas não foi possível identificar os motivos do número reduzido dos registros dos assuntos ministrados nas aulas, na caderneta.

Unidade III – **A higiene da casa** – 1. Pisos, paredes e tetos. 2. Iluminação e arejamento. 3. Poeiras e emanações. 4. Combate aos bolores e aos insetos e outros animais daninhos. 5. Cuidados especiais com relação à cozinha, aos dormitórios, ao banheiro e ao gabinete sanitário. 6. A água potável.

C) PREPARO, CONSERVAÇÃO E USO DAS ROUPAS

Unidade IV- **Roupa de cama e mesa** – 1. Modalidade e tipos. 2. Enxovais. 3. Arranjo das camas; cuidados higiênicos. 4. Arranjo das mesas

Unidade V – **Peças de vestuário** – 1. Importância higiênica do vestuário. 2. Vestuário masculino e feminino. 3. Vestuário infantil.

Unidade VI – **Lavagem e passagem das roupas** – 1. Processos de lavagem. 2. Lavagem de roupa branca, de tecidos de linho, de lã, de estampados e peças finas. 3. Rol de roupa.

D) PREPARO, CONSERVAÇÃO E USO DOS ALIMENTOS

Unidade VII – **A alimentação e sua importância** – 1. Alimentação e nutrição. 2. Alimentos plásticos, energéticos e protetores. 3. Função própria de cada espécie de alimento: protídios lipídios, glicídios. 4. Os sais minerais, as vitaminas e os hormônios.

Unidade VIII – **Subnutrição e estados de carência** – 1. Adequação da alimentação às idades. 2. Idem ao gênero de trabalho. 3. Valor calórico e protetor.

Unidade IX – **Origem e preparo geral dos alimentos**- 1. Alimentos de origem vegetal e de origem animal. 2. Processos gerais da conservação e da preparação. 3. Alimentos frescos e de conserva. 4. Valor nutritivo dos alimentos habitualmente usados e sua eventual substituição.

Unidade X – **Uso dos alimentos** – 1. Regime alimentar; padrões de dieta. 2. Refeição normal. 3. Horário das refeições. 4. Cuidados especiais na alimentação das crianças. 5. Uso do leite, frutas e doces.

EXERCÍCIOS PRÁTICOS

Na conformidade das instalações didáticas de que disponha o estabelecimento, deverá a professora realizar demonstrações práticas, nas aulas, e levar as alunas a fazer exercícios, em classe. Indicará também exercícios convenientes para realização em casa das alunas.

No desenvolvimento do programa, caberão os seguintes exercícios, especialmente: Trabalhos de agulha – pontos, pespontos, remendos, bainhas, serzidos e caseados; execução de pequenas peças de utilidade prática; trabalhos de crochê, tricô e bordado simples. Trabalhos relativos à alimentação – sopas simples e mingaus; processos triviais da preparação de verduras, frutas, legumes e outros vegetais; idem das carnes e pescado; preparo de sobremesas.

QUARTA-SÉRIE

A) CONTABILIDADE DOMÉSTICA

Unidade I- **Orçamento doméstico** – 1. Necessidade da contabilidade doméstica; orçamento mensal e registro de despesas; equilíbrio entre receita e despesa. 2. Cotas proporcionais para despesa com habitação, alimentação, vestuário, assistência médica, educação dos filhos, diversões e previdência. 3. Cálculo de despesas para uma família padrão.

Unidade II – **Registro de despesas** – 1. O caderno da dona de casa e como escritura-lo. 2. Equilíbrio, saldo devedor, saldo credor. 3. Necessidades de senso prático e rigoroso de economia da dona de casa. 4. As despesas obrigatórias do lar, as necessárias e as supérfluas.

Unidade III- **Relações no lar** – 1. O equilíbrio financeiro, como condição imprescindível da harmonia doméstica. 2. Relações entre os membros da família, com base na afeição e na compreensão da vida em comum. 3. Tratamento entre cônjuges, e entre pais e filhos. 4. Tratamento de empregados e fornecedores. 5. Relações sociais.

B) NOÇÕES DE PUERICULTURA

Unidade IV – **A criança** – 1. A criança, primeiro ornamento e tesouro do lar. 2. Direitos naturais e sociais da criança. 3. Deveres dos pais e demais parentes para com as crianças, na sua criação e educação.

Unidade V – **Recém-nascido** – 1. Condições normais do recém-nascido, primeiros cuidados. 2. Desenvolvimentos nas primeiras semanas e meses, peso e estatura normais. 3. Preceitos higiênicos quanto ao asseio, sono e vestuário.

Unidade VI – **A alimentação da criança** – 1. Aleitamento natural, artificial e misto. 2. Maneira correta de amamentar. 3. Horário de sono e refeições nos quatro primeiros meses. 4. Alimentação nos meses seguintes. 5. Cuidados especiais em relação à quantidade e qualidade dos alimentos.

Unidade VII – **Cuidados higiênicos gerais da criança** – 1. Hábitos higiênicos quanto ao sono, alimentação e funções de exoneração. 2. Necessidade de sol e ar livre. 3. Desmame, sua importância biológica e psicológica. 4. Vestuário e os brinquedos. 5. Dentição.

Unidade VIII- **A criança depois do primeiro ano de vida**- 1. Desenvolvimento da manipulação, da marcha e da linguagem. 2. Relações da criança no ambiente familiar. 3. Cuidados gerais para sadio desenvolvimento da criança, normas desse desenvolvimento. 4. Recreação e repouso.

Unidade IX – **Moléstias da primeira infância** – 1. Cuidados higiênicos e assistência médica. 2. Principais doenças infantis e meios de evitá-las. 3. Vacinas.

Unidade X – **Noções de enfermagem** – 1. Saúde e doença. 2. Cuidados de assistência médica: exame médico periódico. 3. Socorro de urgência.

C) NOÇÕES E SERVIÇO SOCIAL

Unidade XI – **A mulher e o Serviço Social** – 1. A solidariedade social e o espírito feminino. 2. Meios e formas do serviço social. 3. Instituições de assistência à infância e à maternidade. 4. Como deve a mulher concorrer para um mundo melhor.

EXERCÍCIOS PRÁTICOS

Para melhor motivação dos princípios e práticas da puericultura, organize a professora “projetos” anuais, constantes da feitura, por grupos de alunas, de enxovais para crianças recém-nascidas, destinados à maternidade e creches.

Terá assim oportunidade para levar suas discípulas à fixação das noções do programa, interessando-as ao mesmo tempo na participação de obras de serviço social. A feitura desses pequenos enxovais permitirá prolongar, da melhor forma, os exercícios do trabalho de agulha constantes do programa da série anterior, e oferecerá ensejo para exercícios de cálculo e despesas e de seu registro.

Os problemas de alimentação da criança permitirão prolongar os exercícios de culinária, que deverão servir, nesta série, como temas para discussão sobre o valor dietético dos alimentos e sua classificação. Onde seja possível, cada turma deverá visitar centros de puericultura, creches, jardins de infância, preventórios e hospitais infantis.

Outros pequenos exercícios são recomendados como, por exemplo, a organização de merendas, ou de um chá, que num grupo ofereça a outro. Haverá assim oportunidade para exemplos reais do arranjo da mesa, redação de convites, modo de receber os convidados e apuro das maneiras sociais (Vechia e Lorenz, 1998, p. 378-380).

No tocante aos conteúdos programáticos previstos para as aulas da terceira e quarta série, observa-se uma ênfase em aspectos relevantes, como a preocupação com a organização e manutenção do lar, a importância do preparo e conservação das roupas, a valorização da higiene pessoal e da alimentação saudável, o cuidado com as crianças, a administração eficiente da contabilidade doméstica, o reconhecimento do seu papel na sociedade, como comportar-se e contribuir por meio do Serviço Social. Esses conteúdos refletem uma

abordagem abrangente da educação doméstica, visando dotar as alunas de competências e conhecimentos necessários para gerir eficazmente as responsabilidades familiares e domésticas.

A disciplina de Economia Doméstica da 4ª série do curso ginásial de 1956, ministrada pela professora Francisca Umbelina de Góis, era constituída por 11 alunas. As aulas foram realizadas semanalmente às terças-feiras, e abordaram os temas: “Contabilidade doméstica” e “Noções de puericultura”, que perpassava às alunas habilidades práticas para gerenciar suas próprias casas e famílias. Esses conteúdos são apresentados em detalhes no quadro 12.

Quadro 12: Conteúdos da Caderneta da Disciplina Economia Doméstica da 4ª Série do Curso Ginásial – 1956

Conteúdos Descritos na Caderneta da Disciplina Economia Doméstica da 4ª Série do Curso Ginásial de 1956	
07.08 - Contabilidade Doméstica	04.09 - Relações sociais
14.08 - Necessidade da contabilidade doméstica	11.09 - A criança
21.08 - Registro de despesas	16.10 - A alimentação da criança

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base no documento Caderneta de Economia Doméstica da 4ª série do Curso Ginásial de 1956, do acervo do CEMB (Ficha 1505).

Ao observar o quadro 12, é evidente o enfoque dos conteúdos da 4ª série na contabilidade doméstica, refletindo a preocupação da época com a administração eficaz da renda do lar. Nesse contexto, era fundamental planejar e gerenciar as despesas de forma adequada, visando a estabilidade financeira da família. Além disso, o cuidado com as crianças, abrangendo desde a sua higienização e a alimentação até o seu desenvolvimento e acompanhamento psicológico, era um aspecto de grande relevância, tendo em vista a necessidade de reduzir a taxa de mortalidade infantil daquele período. Sobre esses pontos, Almeida (2017) aponta que:

Na 4ª série, segundo o programa, as discentes deveriam conhecer a Contabilidade Doméstica – a aprendizagem deste conteúdo perpassava não só noções de Matemática como também Economia e, sobretudo, a Administração Financeira como função primordial da mulher medida que proporcionaria a harmonia familiar. Os cuidados higiênicos também se faziam presentes, mas centralizados na criança por meio da Puericultura, diferentemente da 3ª série cujos cuidados estavam voltados para a casa e para a família de modo geral (p.104).

Ainda, a investigação da caderneta de Economia Doméstica da 3ª série do curso ginásial de 1957, revelou um maior detalhamento dos conteúdos trabalhados no decorrer do ano escolar. A turma, composta por cinco alunas, foi orientada pela docente Francisca Umbelina de Góis e teve aulas ministradas às segundas-feiras. O currículo da disciplina

abrangeu temas como “Introdução ao estudo de Economia Doméstica”, “Preparo, conservação e uso das roupas”, “Arranjo e higiene da habitação” e “Preparo, conservação e uso dos alimentos”, como descrito no quadro 13.

Quadro 13: Conteúdos da Caderneta da Disciplina Economia Doméstica da 3ª Série do Curso Ginásial – 1957

Conteúdos Descritos na Caderneta da Disciplina Economia Doméstica da 3ª Série do Curso Ginásial de 1957	
11.03 - Aula inicial	05.08 - Alimentação e nutrição
18.03 - Objeto da economia doméstica	12.08 - Os sais minerais, as vitaminas e os hormônios
25.03 - A habitação da família	19.08 - Teste
15.04 - Dependências da casa e arranjo de cada uma	26.08 - Adequação da alimentação às idades
29.04 - Móveis e utensílios	02.09 - Adequação da alimentação ao gênero de trabalho
06.05 - Peças do vestuário	09.09 - Alimentos de origem vegetal e origem animal
13.05 - Modalidades e tipos de roupas de cama	23.09- Alimentos frescos e de conserva
20.05 - Conservação da roupa	07.10 - Frutas em geral
27.05 - Vestuário infantil	14.10 - Cereais
03.06 - Conservação da roupa	21.10 - Verduras
17.06 - A água potável	—

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base no documento Caderneta de Economia Doméstica da 3ª série do Curso Ginásial de 1957, do acervo do CEMB (Ficha 1506).

Nesta caderneta, foi possível observar que os registros estavam mais completos, pois abrangem o período de março a novembro de 1957. Isso permite uma análise mais aprofundada dos conteúdos trabalhados na 3ª série pela professora Francisca Umbelina de Góis. A aula introdutória sobre Economia Doméstica visa destacar a importância da disciplina para a construção do conhecimento e a valorização do papel da mulher na sociedade e na família. Outro ponto marcante, foi a abordagem sobre vestimentas e sua conservação, pois incentivava as alunas a adotar práticas de higiene e conservação adequadas, contribuindo assim para a economia doméstica e a redução de gastos familiares.

Ademais, a disciplina também aborda o consumo de água potável, um tema de grande relevância na época, considerando a crescente urbanização do país e a falta de infraestrutura de água e esgoto em muitas áreas. Isso levava a população a consumir água de má qualidade,

aumentando o risco de contaminação por doenças. Segundo Almeida (2017), a inclusão desse tema no currículo educacional visava conscientizar as alunas sobre os benefícios do consumo de água potável e as consequências do seu mau uso, constituindo em uma medida profilática e interventiva diante dos altos índices de doenças da época.

Diante do quadro apresentado, foi possível constatar um foco central nos cuidados com a higiene, fundamentado nas concepções dos higienistas da época, que atribuíam grande relevância à limpeza e à saúde como fatores essenciais para a prevenção de doenças e melhoria da qualidade de vida. Essa ênfase na higiene reflete a influência das teorias médicas e sociais vigentes naquele período, que visavam promover hábitos saudáveis e reduzir a incidência de doenças infecciosas. Nas palavras de Silva e Giuliani (2018):

A educação feminina formal, por exemplo, por meio do ensino público, passou a ser apontada como um meio de criar condições para regenerar a sociedade. Mesmo que sua visão em relação à mulher fosse ainda muito conservadora, suas funções sociais como mãe e esposa passaram a ser mais valorizadas. Inclusive, os médicos higienistas possuíam um discurso que reconheciam a importância da família e sua influência na construção da sociedade. Por isso mesmo, era preciso instruí-las de forma a terem condições de desempenharem bem as funções que a sociedade esperava delas (p.106).

A pesquisa de Góis Júnior (2003) revela que o movimento higienista alcançou seu auge no início do século XX, notadamente nas décadas de 1930 e 1940, com ênfase na higienização individual e coletiva como medida profilática eficaz contra doenças. Entretanto, é relevante mencionar que, na década de 1950, o referido movimento ainda se manifestava, embora sob uma perspectiva distinta, com uma abordagem mais focada na higiene individualizada.

No dia 19 de agosto de 1957, como consta nos registros da caderneta, foi realizado um “teste”, que, na verdade, consistia em um tipo de exercício de fixação do conteúdo até então ministrado, visto que, na aula seguinte, a professora deu continuidade ao assunto sobre alimentação. Almeida (2017, p. 109) ressalta, em sua análise das cadernetas de Economia Doméstica do Atheneu Sergipense, que “as anotações também revelam que possivelmente um dos ‘testes’ aplicados correspondia a exercícios realizados em sala, já que foi registrado em uma aula ‘teste’ e na aula seguinte ‘continuação do exercício’ ”.

De acordo com Chervel (1990, p. 204), “sem o exercício e seu controle, não há fixação possível de uma disciplina. O sucesso das disciplinas depende fundamentalmente da qualidade dos exercícios aos quais elas podem se prestar”. Isso destaca a importância crucial dos exercícios no processo de ensino-aprendizagem, não apenas como um meio para avaliar o conhecimento, mas também como um meio para consolidar e fixar as disciplinas escolares.

A temática sobre alimentação era outro ponto fortemente enfatizado por Francisca Umbelina de Góis na terceira série. O quadro 14, registra de 26 aulas no transcurso do ano escolar, das quais 12 aulas foram sobre a alimentação. Isso se justifica, pelo fato de que, naquele período cozinhar bem e demonstrar conhecimento de um cardápio diferenciado, era considerada uma das habilidades femininas mais valorizadas pela sociedade, além de ser vista como uma forma de conquistar um esposo e manter o casamento, salienta Almeida (2017). Igualmente, os livros e as revistas dedicados às mulheres também contribuíram para perpetuar essa estereotipação feminina, uma vez que discorriam sobre assuntos de moda, beleza, receitas, casa e maternidade, como elucidam as autoras:

As revistas femininas dos anos de 1950 eram fontes de informação importantes para as mulheres brasileiras, principalmente as de classe média urbana. Revelavam-se em tais meios de comunicação, as transformações e permanências nos costumes, nas relações familiares, nas normas sociais e regras de comportamento e nos papéis atribuídos aos homens e às mulheres. [...] Elas abordavam temas como moda, beleza, comportamento da mulher, maternidade, namoros, casamentos, receitas e dicas para ser uma “boa mãe” e uma “boa esposa”, além de propagandas de eletrodomésticos, de móveis, de produtos de higiene e de beleza (Silva e Giuliani, 2018, p. 99)

Dentre os dados coletados, os registros da caderneta de Economia Doméstica da 3ª série de 1959, forneceram informações sobre a turma, que era composta por sete alunas, e as aulas eram ministradas às terças-feiras, sob a regência da docente Francisca Umbelina de Góis. O quadro 14 fornece uma visão geral dos conteúdos trabalhados durante o ano letivo (“Introdução”, “Preparo, conservação e uso das roupas”, “Arranjo e higiene da habitação” e “Preparo, conservação e uso dos alimentos”).

Quadro 14: Conteúdos da Caderneta da Disciplina Economia Doméstica da 3ª Série do Curso Ginásial – 1959

Conteúdos Descritos na Caderneta da Disciplina Economia Doméstica da 3ª Série do Curso Ginásial de 1959	
03.03 - A necessidade da economia doméstica e os estudos que comporta	04.08 - Alimentação e nutrição
10.03 - A habilitação da família	18.08 - Alimentos plásticos, energéticos e protetores
17.03 - Utensílios domésticos	25.08 - Teste
24.03 - A higiene da casa	01.09 - Função própria de cada espécie de alimento
31.03 - Roupas de cama e mesa	08.09 - Os sais minerais e as vitaminas
07.04 - Lista de peças de roupas do enxoval	15.09 - Almoço e jantares
14.04 - Enxovais	22.09 - Vitaminas
28.04 - Conservação da roupa	29.09 - Base organizar cardápios

05.05 - Arranjo das mesas	06.10 - Adequação da alimentação a cada gênero de trabalho
12.05 - Peças do vestuário	13.10 - Origem e preparo geral dos alimentos
19.05 - Vestuário infantil	20.10 - Alimentos de origem vegetal e de origem animal
26.05 - Lavagem e passagem das roupas	27.10 - Teste
02.06 - Manchas na roupa	03.11 - Alimentos frescos
09.06 - Ornamentação da mesa	10.11 - Alimentação escolar
Provas parciais	Provas parciais

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base no documento Caderneta de Economia Doméstica da 3ª série do Curso Ginásial de 1959, do acervo do CEMB (1508).

Verifica-se que, apesar de Francisca Umbelina de Góis aplicar as provas parciais e finais nos meses de junho e novembro, com o objetivo de avaliar o progresso das alunas ao longo do ano letivo, as suas notas não eram registradas nas cadernetas. Tampouco, constam nas atas de resultados parciais e finais de 1ª e 2ª época, como evidenciado na figura 08 e 09. Um caso análogo foi documentado no Colégio de Farroupilha, instituição privada de Porto Alegre, como aponta Severo (2017):

Outra questão observada foi a ausência da disciplina nos boletins das provas anuais e nos pontos para as provas parciais, sendo que estava sempre presente a de trabalhos manuais. Observa-se o fenômeno idêntico nos relatórios de inspeção, já que mesmo o Colégio contendo uma sala para a aula de economia doméstica, apenas a de trabalhos manuais é registrada por meio de uma fotografia. Sobre os boletins, é compreensível já que estava registrado nas correspondências do M.E.S. que não era necessário, entretanto o mesmo valia para trabalhos manuais (p. 09).

Assim como também foi observado pela autora Almeida (2017) em sua pesquisa no Colégio Atheneu Sergipense, localizado em Aracaju:

Outro dado importante está relacionado a relevância que Economia Doméstica ocupava no currículo escolar, visto que nas atas de resultados finais, que continham a média final de cada disciplina cursada no ano letivo, não constava Economia Doméstica. O mesmo ocorria nos históricos escolares solicitados por algumas alunas: não havia menção a Economia Doméstica (118).

A aplicação de provas e a não atribuição de notas da disciplina Economia Doméstica pode estar atrelada a priorização da formação prática e aquisição de competências para a vida diária, em detrimento da avaliação quantitativa. Visto que, conforme Marques e Furtado (2020, p.1804) os seus conteúdos de Economia Doméstica “[...] visavam formar além de donas de casa, mulheres prendadas em seus afazeres domésticos: boas mães de família,

mulheres que fossem também boas administradoras de suas casas, no que diz respeito aos bens materiais e financeiros”.

Figura 08: Atas de Resultados Finais da 3ª Série do Curso Ginásial - 1956

NOME DO ALUNO	Português	Matemática	História	Geografia	Ciências	Artes	Educação Física	Trabalho	Nota Global
Antônio André de	4,00	3,75	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
Antônio Bala de Meneses	4,00	3,75	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
Antônio Magno dos Santos	4,00	3,75	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
Antônio Santos	4,00	3,75	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
Glória de Almeida	4,00	3,75	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
Franklin Alves dos Santos	4,00	3,75	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
Ida Teixeira Lima	4,00	3,75	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
Josef Anderson de Góia	4,00	3,75	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
Josef Auto Filho	4,00	3,75	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
Josef Carlos dos Santos	4,00	3,75	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
Josef Carvalho de Mendonça	4,00	3,75	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
Josefa Vira de Siqueira	4,00	3,75	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
Manoel Carlos dos Santos	4,00	3,75	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
Maria André de Góia	4,00	3,75	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
Maria José Mendes	4,00	3,75	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
Vilma Maria de Araújo	4,00	3,75	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
William Mendes	4,00	3,75	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00

Fonte: Acervo do CEMB (Fichas 578). Fotografia registrada pela autora.

Figura 09: Atas de Resultados Finais da 4ª Série do Curso Ginásial - 1956

NOME DO ALUNO	Português	Matemática	História	Geografia	Ciências	Artes	Educação Física	Trabalho	Nota Global
Edvaldo Góia dos Santos	4,00	3,75	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
Marivalda Alves de Oliveira	4,00	3,75	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
Góia Maria Siqueira	4,00	3,75	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00

Fonte: Acervo do CEMB (Fichas 622). Fotografia registrada pela autora.

Observou-se uma diferença significativa na abordagem pedagógica entre a disciplina de Economia Doméstica e as outras disciplinas. Enquanto a primeira priorizava o aprendizado do conteúdo em si, sem a pressão dos registros das notas nos documentos oficiais, as demais atribuíam maior ênfase às provas e avaliações, cujo os resultados determinariam a aprovação ou à reprovação dos alunos. Fato que evidencia a influência das avaliações no processo de ensino-aprendizagem. Sobre essa questão Chervel (1990) destaca que:

As necessidades de avaliação dos alunos nos exames internos ou externos engendraram dois fenômenos que pesam sobre o desenrolar das disciplinas ensinadas. O primeiro, é a especialização de certos exercícios na sua função de exercícios do controle. [...] O segundo fenômeno é o peso considerável que as provas do exame final exercem por vezes sobre o desenrolar da classe e, portanto, sobre o desenvolvimento da disciplina, ao menos em algumas das suas formas (p. 206).

Outro ponto, convém salientar que o tempo era insuficiente para seguir rigorosamente o programa oficial da disciplina. Na turma de terceira série, a docente distribuiu a maior quantidade de aulas para os conteúdos sobre alimentação, como ilustra o quadro 15. Consequentemente, os conteúdos sobre “Preparo, conservação e uso das roupas” e “Arranjo e higiene da habitação”, eram trabalhados em poucas aulas, mas de modo com que as moças tivessem conhecimento sobre organização e higienização do lar, com objetivo de manter um ambiente agradável para o seu marido e filhos. Outrossim, era igualmente importante que tivessem conhecimento sobre o vestuário feminino, masculino e infantil a fim de vestir-se adequadamente, além de reproduzir os processos de higienização e conservação destas peças, como destaca Farias (2009).

Com base na caderneta de Economia Doméstica da terceira série de 1960, tornou-se evidente que esta turma sob a regência da professora Francisca Umbelina de Góis, tinha somente seis alunas. As aulas ocorreram nas quintas-feiras, e durante o ano acadêmico foram discutidos as unidades “Introdução”, “Preparo, conservação e uso das roupas”, “Arranjo e higiene da habitação” e “Preparo, conservação e uso dos alimentos”, previstos no programa oficial da disciplina. Como especificado no quadro 15.

Quadro 15: Conteúdos da Caderneta da Disciplina Economia Doméstica da 3ª Série do Curso Ginásial – 1960

Conteúdos Descritos na Caderneta da Disciplina Economia Doméstica da 3ª Série do Curso Ginásial de 1960	
08.03 - Aula inicial	07.06 - Adequação da alimentação às idades
15.03 - Objeto da economia doméstica	Provas parciais

22.03 - A casa	02.08 - Alimentação e nutrição
29.03 - Móveis e utensílios	09.08 - Os sais minerais e as vitaminas
05.04 - Dependências da casa e arranjo de cada uma	23.08 - Alimentos plásticos e energéticos
26.04 - Teste	30.08 - Teste
03.05 - Peças do vestuário	06.09 - Função própria de cada espécie de alimento
17.05 - Conservação da roupa	13.09 - Adequação da alimentação ao gênero de trabalho
24.05 - A alimentação e sua importância	20.09 - Valor calórico e protetor
31.05 - Teste	Provas parciais

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base no documento Caderneta de Economia Doméstica da 3ª série do Curso Ginásial de 1960, do acervo do CEMB (Ficha 1509).

Neste quadro, mais uma vez consta o não seguimento total do programa oficial da disciplina, possivelmente pelo baixo quantitativo de aulas que eram ofertadas durante o ano letivo. Isso pode ter resultado em uma abordagem superficial dos conteúdos com menor quantidade de horas ministradas, limitando a profundidade e a abrangência do conhecimento que deveria ser perpassado às alunas.

Chervel (1990) afirma que as disciplinas escolares embora pensadas e estruturadas externamente, elas se reconfiguram no cotidiano escolar, construindo sua própria identidade através da adaptação e interpretação do conteúdo e das práticas pedagógicas. Dessa forma, depreende-se que as disciplinas escolares não são entidades fixas e imutáveis, mas sim que estão em constante evolução e transformação. Como ocorreu no caso da disciplina Economia Doméstica na ERNMB, onde a limitação de tempo e recursos podem ter levado a uma reconfiguração da disciplina que não seguiu estritamente o programa oficial.

Também foi encontrada a caderneta de Economia Doméstica da quarta série de 1960, contudo, em razão do estado avançado de deterioração causado por traças, não foi possível analisar os seus conteúdos, tampouco o quantitativo de alunas daquela turma, conforme exibido na figura 10. Esses casos não são isolados, uma vez que a falta de cuidados e o mau armazenamento desses documento vulneráveis contribuem para a sua degradação, como ressalta Bonato (2005):

Os arquivos escolares geralmente são precários, cerca de dois terços dos espaços onde estão guardados os documentos são inadequados, pois têm problemas de ventilação e iluminação, excesso de umidade, poeira etc. Consequentemente, estão presentes na documentação poluentes atmosféricos, insetos, fungos, anóbios, traças, entre outros problemas detectados e causadores do processo de destruição (p. 209).

No acervo do CEMB, há diversos documentos em estado precário, semelhante à situação da caderneta de Economia Doméstica da quarta série, que necessitam de uma maior atenção ao seu método de conservação, armazenamento e manuseio, a fim de garantir a preservação desses documentos históricos valiosos. De acordo com Santos et al. (2024), ao preservar esses registros, asseguramos que as gerações futuras possam mergulhar na história local, reforçar laços culturais e sentir-se conectadas a suas raízes.

Diante disso, reforça-se a relevância da execução de projetos como o “Acervo do Colégio Estadual Murilo Braga: inventariar e salvaguardar histórias de uma instituição educacional secundária (1949-1969)”, que teve como objetivo primordial a salvaguarda dos documentos do acervo do CEMB dentro desse recorte temporal. Possibilitando a prevenção de futuras deteriorações de documentos, semelhante ao que ocorreu com a caderneta de Economia Doméstica da quarta série de 1960, como mostra a figura 10:

Figura 10: Caderneta da Disciplina Economia Doméstica da 4ª Série do Curso Ginásial - 1960



Fonte: Acervo CEMB (ficha 1509). Fotografia registrada pela autora.

A última caderneta de Economia Doméstica encontrada foi da quarta série de 1961, a qual consta um total de seis alunas na turma, sob a regência da professora Francisca

Umbelina de Góis, que ministrava as aulas nas segundas-feiras. Os conteúdos ministrados eram "Contabilidade doméstica" e "Noções de puericultura", dando ênfase à importância da gestão financeira e do cuidado com a saúde e bem estar da criança, o que era fundamental para a época, como ilustra o quadro 16. Essa seleção de conteúdos e a ênfase dada pela professora refletem a ideia de Chervel (1990) de que as disciplinas escolares se adaptam e se transformam no cotidiano escolar.

Quadro 16: Conteúdos da Caderneta da Disciplina Economia Doméstica da 4ª Série do Curso Ginásial – 1961

Conteúdos Descritos na Caderneta da Disciplina Economia Doméstica da 4ª Série do Curso Ginásial de 1961	
06.03 - Aula inicial	Provas parciais
13.03 - Orçamento doméstico	03.08 - A criança
20.03 - Contabilidade doméstica	10.08 - A alimentação da criança
27.03 - Teste	17.08 - Cuidados gerais da criança
03.04 - Registro de despesa	24.08 - Brinquedos da criança
10.04 - Relação no lar	19.09 - A criança depois do primeiro ano de vida
17.04 - Idem	26.09 - Teste
24.04 - A criança	10.10 - A alimentação da criança
04.04 - O recém nascido	17.10 - Cuidados gerais da criança
18.04 - Desenvolvimento da criança nas primeiras semanas e meses	24.10 - Moléstias da primeira infância
25.04 - Teste	07.11 - Primeiros brinquedos da criança
08.06 - Condições normais do recém nascido	14.11 - Repasse
15.06 - Teste	Provas finais

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base no documento Caderneta de Economia Doméstica da 4ª série do Curso Ginásial de 1961, do acervo do CEMB (Ficha 1510).

Ao analisar as cadernetas de Economia Doméstica da quarta série, foi possível notar que a docente não abordou em suas aulas o conteúdo "Noções e serviços sociais". Embora não seja possível determinar os motivos por trás dessa escolha, é interessante observar que a Contabilidade Doméstica, por outro lado, foi tema abordado, posto que para a época administrar bem as despesas e garantir o uso inteligente dos recursos financeiros que a família possuía era necessário. Sobre esse ponto, em sua pesquisa, Marques e Furtado (2020), expõe o registro em um caderno de uma ex-aluna de Economia Doméstica do curso ginásial

do Colégio Estadual Presidente Vargas, em Dourados, interior do estado de Mato Grosso do Sul, no início dos anos de 1970:

A necessidade da economia doméstica e os estudos que comporta Economia é empregar utilmente o que se possui ou o que se vinha a adquirir ou se juntar, guardar não basta. Há poupança exagerada e sem objetivos lógicos com prejuízo dos aspectos da vida seus piores aos bens materiais, não é economia. A economia deve constituir um abito e ter que ser feito e terá que ser feito com inteligência, pois somente assim proporcionará ao indivíduo e a sociedade, familiar a independência e a capacidade de auxiliar ao próximo. É a base da riqueza uma das condições para a felicidade. Para viver o indivíduo e sua família necessitam de certo número de bens. O estudo das necessidades da família dos bens que constituem o seu patriotismo é a forma de administração desses bens, são o objetivo da família, e da economia doméstica. Economia doméstica significa administrar uma casa, de modo a obter o máximo de aproveitamento dos bens adquiridos, com o mínimo de gastos. Há diferenças de ciências domésticas e economia domésticas. A ciência doméstica abrange todos os problemas relativos a direção geral do lar, restringindo-se no campo de economia doméstica e provas do trato dos bens materiais (p. 1804).

É perceptível que a administração do lar era um tema fundamental para a quarta série, todavia, a professora Francisca Umbelina de Góis, mostrou priorizar a maior quantidade de aulas para a temática “Noções de Puericultura”. Essa abordagem reforça a estereotipação feminina, enfatizando o papel da mulher como mãe e cuidadora, ao centrar-se no seu preparo para a maternidade, haja vista que o cuidado com a criança tinha que ser redobrado, principalmente com a taxa de mortalidade infantil da época. Nesse contexto, Almeida (2017, p. 104), afirma que “a alimentação, o asseio da criança e de seu ambiente, o acompanhamento de seu crescimento e desenvolvimento físico e psíquico, na saúde e na doença, e ainda a educação e disciplina do lactente estavam fortemente presentes entre as funções maternas”. Sendo assim, é provável que a docente manteve um enfoque central nesses assuntos a fim de formar futuras mães capazes e responsáveis.

Após o ano letivo de 1961, no acervo do CEMB não foram encontrados registros relacionados à disciplina Economia Doméstica no curso ginásial da ENRMB, o que sugere que sua exclusão do currículo escolar da instituição esteja intimamente relacionada à implementação da LDB/1961. Ademais, os poucos documentos que mencionam a disciplina dentro do recorte temporal, limitam-se a alguns boletins de informações, livros de pontos dos professores, corpo docente em exercício e cadernetas. Provavelmente, com a não preservação e conservação de toda produção documental da época, tenha contribuído para a degradação ou desaparecimento. Essa situação é preocupante, pois, conforme Cunha (2015, p. 294) “Objetos e documentos frutos da cultura material da escola, presentes nestes acervos escolares criam, preservam e salvaguardam lugares de memória transpassados por

continuidades e discontinuidades [...]”, dessa forma há a necessidade de maior cuidado com os acervos.

Outro ponto relevante, refere-se ao currículo, Goodson (2001) destaca a importância de confrontar o currículo oficial com o currículo efetivamente implementado nas escolas, pois há uma diferença entre o que é prescrito e o que é realmente apreendido pelos alunos. Ao analisar os registros das cadernetas de Economia Doméstica da ENRMB, observa-se que a professora Francisca Umbelina de Góis priorizou determinados assuntos em detrimento de outros, como o conteúdo "Noções e serviços sociais", que não aparece em nenhuma das cadernetas da quarta série, por motivos que não foram identificados.

Além disso, nenhuma das seis cadernetas analisadas abrangeu integralmente o conteúdo do Programa Oficial de Economia Doméstica, o que pode ser atribuído ao número limitado de aulas ministradas ao longo do ano letivo, insuficientes para abordar todos os assuntos previstos. Isso sugere que a professora Francisca Umbelina de Góis teve que selecionar e priorizar determinados temas, adaptando o currículo às restrições temporais e às necessidades da turma, reconstruindo a identidade da disciplina, conforme mencionado por Chervel (1990).

Em suma, os dados analisados revelaram que a educação feminina em Itabaiana, nas turmas de Economia Doméstica do curso ginásial da ENRMB, priorizava a aprendizagem dos conteúdos “Preparo, conservação e uso dos alimentos” na terceira série e “Noções de puericultura” na quarta série. Embora os possíveis motivos sejam incertos, é provável que tenha sido influenciada pelas necessidades e valores da comunidade local. De todo modo, a Economia Doméstica desempenhou um papel significativo na educação da mulher sergipana por quase uma década, contribuindo para a formação de boas mães e esposas.

CONCLUSÕES

Objetivando investigar a disciplina de Economia Doméstica no curso ginásial da ENRMB, com enfoque nos conteúdos ministrados, no período de 1955, ano em que a disciplina foi incluída pela primeira vez no currículo escolar dessa instituição de ensino, e 1961, quando ocorreu a sua última aparição, de acordo com a análise dos documentos encontrados no acervo do CEMB. Este trabalho procedeu à análise de trabalhos selecionados que abordam a referida disciplina, bem como à análise detalhada de documentos disponíveis no acervo da instituição.

Dessa forma, este estudo colocou em cena discussões sobre currículo, educação feminina e, principalmente, sobre a história das disciplinas escolares, por meio da investigação sobre a disciplina de Economia Doméstica ministrada no curso ginásial da ENRMB, alicendo-se os conceitos teóricos de Chervel (1990), em diálogo com Goodson (1997 e 2001). A partir dessa abordagem, foi possível constatar que o currículo é construído e moldado de acordo com os interesses da sociedade dominante, bem como verificar a distinção entre o currículo prescrito e o efetivamente ministrado nas instituições escolares.

As questões de pesquisa formuladas para este trabalho permitiram delinear as principais perspectivas e objetivos da disciplina de Economia Doméstica na educação feminina no Brasil e na ENRMB. Dessa forma, foi possível constatar que a inserção da Economia Doméstica na educação brasileira esteve intimamente relacionada à estereotipização feminina, que associava a mulher aos cuidados do lar e da família, em consonância com os interesses do governo em promover o crescimento econômico e a modernização do país. No entanto, esse processo enfrentou obstáculos decorrentes das mazelas sociais que afetavam a população brasileira, levando a um investimento na mudança de hábitos e comportamentos que dificultavam o avanço do país.

Nesse contexto, educar a mulher, futura esposa, mãe e dona de casa, para promover a auto-higiene, limpeza e cuidado com os filhos, foi considerado um meio eficaz de atingir a sociedade em larga escala e minimizar os problemas que obstaculizavam o progresso da nação. As hipóteses deste estudo foram confirmadas, uma vez que a disciplina de Economia Doméstica na educação feminina brasileira enfatizava a formação de mulheres para o papel de donas de casa e mães, com habilidades práticas para o gerenciamento do lar e o cuidado dos filhos. Além disso, embora houvesse uma orientação para a formação em outras profissões, ainda persistia uma expectativa de que as mulheres não se desviassem de sua função tradicional naquela sociedade.

A análise dos documentos da ENRMB revelou que as disciplinas escolares nem sempre seguiam o programa oficial, possivelmente devido ao número limitado de aulas ministradas ao longo do ano letivo. A professora Francisca Umbelina de Góis enfatizava a aprendizagem dos conteúdos "Preparo, conservação e uso dos alimentos" na terceira série e "Noções de puericultura" na quarta série, em detrimento de outros conteúdos. Notavelmente, apesar da aplicação de provas parciais e finais, não foram localizados registros dessas notas nas cadernetas ou atas de resultados parciais e finais. Essa falta de registro sugere que a avaliação não era o foco principal da disciplina, reforçando o objetivo de formar mulheres para os papéis tradicionais de esposa e mãe.

Ministrada no curso ginásial da ENRMB, a disciplina escolar Economia Doméstica foi instrumento significativo da educação feminina que atendia o ideal de uma formação de boas mães e donas de casa. Reforçando, assim, os papéis tradicionais de gênero e contribuindo para a construção de uma identidade feminina específica. A análise histórica contribui para uma melhor compreensão do papel da educação das alunas da ENRMB, instituição de ensino que formou centenas de mulheres do interior de Sergipe.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Ler as letras:** por que educar meninas e mulheres?. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo. Campinas: Autores Associados, 2007.

ALMEIDA, Sayonara do Espírito Santo. **A reforma Gustavo Capanema:** vislumbrada no currículo do Atheneu Sergipense. 65 p. Monografia (Graduação em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2009.

———. **Economia Doméstica:** uma disciplina escolar no secundário ginasial sergipano do Atheneu Sergipense (1944-1954). 141p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2017.

ALVES, Eva Maria Siqueira; OLIVEIRA, João Paulo Gama; COSTA, Rosemeire Marcedo. A reforma Gustavo Capanema no Atheneu Sergipense: entre a legislação educacional e as práticas educativas discentes (1942-1961). **Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.**, Salvador, v. 29, n. 59, p. 180-194, 2020.

AMARAL JÚNIOR, José Carlos do. Educação mulheres: análise histórica dos ensinamentos de Economia Doméstica no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 52, p. 275-285, 2013.

———. Questões contemporâneas sobre o ensino de “Economia Doméstica” no Brasil: 61 anos depois. **Revista espaço acadêmico**, n. 155, 2014.

BASTOS, Maria Helena Câmara; GARCIA, Tânia Elisa Morales. Leituras de formação - Noções de vida doméstica (1879): Félix Ferreira traduzindo Madame Hippeau para a educação das mulheres brasileiras. **Revista História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel. Pelotas, v.3, n. 5, p. 77 – 92, 1999.

BISPO, José de Almeida. **Itabaiana, nosso lugar:** quatro séculos depois. Aracaju, Infographics, 2013.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. **Revista brasileira de história da educação**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 195-220, 2005.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). História. Brasília, DF: Inep, 2022.

CARVALHO, Rosana Areal; SILVA, Fernanda Aparecida O. R.; EVANGELISTA, Raquel Jesus. A disciplina Educação Moral e Cívica no Grupo Escolar Dom Benevides em Mariana/MG (1969-1975). **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 101, n. 258, p. 458-479, 2020.

CHALоба, Rosa Fátima de Souza. A efêmera trajetória das escolas normais rurais no Brasil (1930-1970). **Educar em Revista**, Curitiba, v. 38, 23 p., 2022.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, n. 2, p. 177-229, 1990.

COSTA, Silvânia Santana. **Histórias contadas e vividas: memória da Escola Normal Rural Murilo Braga de Itabaiana/Sergipe (1950 – 1972)**. 216 p. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2016.

_____. Os arquivos escolares: memórias de várias épocas. In: Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação João Pessoa - Universidade Federal da Paraíba. **CBHE**, Paraíba, 2017.

FARIAS, Iara Alves de. **Economia Doméstica no Atheneu Sergipense: uma análise da disciplina entre os anos de 1944 e 1949**. 40 p. Monografia (Graduação em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

FERREIRA, Priscila Pereira; DIAS, Carlos Alberto. Direito e sexualidade: evolução da condição feminina ao longo do século XX. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, Minas Gerais, v. 22, n. 1, 2011.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo. **O século da higiene: uma história de intelectuais da saúde (Brasil, século XX)**. 294 p. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro/RJ, 2003.

GOODSON, Ivor Frederick. **Currículo: Teoria e História**. Trad. Atílio Bruneta. Petrópolis: Vozes, 4.ed, 2001.

_____. **A construção social do currículo**. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Lisboa: Educa, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Itabaiana. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/se/itabaiana.html>>. Acesso em: 20 mar. 2025

KULESZA, Wojciech Andrzej. O currículo da escola normal: feito e tendências. Anais: VI Congresso Luso-Brasileiro da História da Educação. **Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação**. Uberlândia, Minas Gerais, p. 3762- 3772, 2006.

LIMA, José Rivadalvio. A contribuição educacional e social do Colégio Estadual "Murilo Braga" em seus 60 anos de existência. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 1, n.1, p.158-163, 2009.

LIMA, Tatiane Oliveira. **Memórias e histórias de duas mulheres na Escola Normal Rural Murilo Braga na década de 1960 em Itabaiana/SE**. 45 p. Monografia (Graduação em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, Itabaiana/SE, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de Aula. In.: PRIORE, Mary Del (org.). História das mulheres no Brasil. **Contexto**, São Paulo, 10.ed., p. 443 - 481, 2015.

MARQUES, Inês Velter; FURTADO, Alessandra Cristina. Formação e educação da mulher e o caderno de Economia Doméstica (Dourados, Mato Grosso – 1972). **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 20, n. 67, p. 1783-1807, 2020.

MARTINS, Vitória Carvalho. **Exame de admissão ao Ginásio Estadual de Itabaiana:** uma investigação sobre as primeiras discentes aprovadas para o ensino secundário público no interior de Sergipe (1950). 84 p. Monografia (Graduação em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, Itabaiana/SE, 2024.

MIGUEL, Aline da Conceição. **Escola Normal Rural Murilo Braga:** formando professores para a área rural? (1949-1969). 76 p. Monografia (Graduação em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2011.

MENESES, José Antônio Leal. **Coronelismo e violência na política de Itabaiana/SE:** disputas políticas e mortes de parlamentares udenistas (1963). 27 p. Monografia (Graduação em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2015

MONTALVÃO, Sérgio de Sousa. Gustavo Capanema e o ensino secundário no Brasil: a invenção de um legado. **Revista História da Educação** (Online), Rio de Janeiro, v. 25, p. 31, 2021.

OLIVEIRA, Marina Mendonça. **Dona Maria Pereira:** histórias e memórias sobre a primeira diretora do Colégio Estadual Murilo Braga. 70 p. Monografia (Graduação em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, Itabaiana/SE, 2024.

QUEIROZ, Maria Neuza Almeida; HOSOUME, Yassuko. As disciplinas científicas do ensino básico na legislação educacional brasileira nos anos de 1960 e 1970. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v. 20, p. 25, 2018.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Mulheres educadas na colônia. In: Lopes, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. 500 anos de educação no Brasil. **Autêntica**, Belo Horizonte, 3. ed, 2003.

RODRIGUES, Simone Paixão. **Por uma educação católica:** um estudo sobre a disciplina religião no Ginásio Santa Teresinha (1947–1968). 170 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2008.

SANTOS, Juliana da Cruz; BARROS, Kaiane Rezende; OLIVEIRA, Marina Mendonça; MARTINS, Vitória Carvalho; RODRIGUES, Simone Paixão. **Arquivo Escolar e Patrimônio:** A Salvaguarda do Acervo Escolar do Colégio Estadual Murilo Braga (CEMB). OLIVEIRA, João Paulo Gama et al. (Org.) Histórias da Educação em Perspectiva: impressos, instituições, disciplinas e patrimônio educativo. 1. ed. – Aracaju, SE: Criação Editora, p. 247-262, 2024.

SANTOS, Juliana da Cruz. **Cultura juvenil e o sonho dourado de ser aluno do Ginásio Estadual de Itabaiana (1949-1969).** 73 p. Monografia (Graduação em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, Itabaiana/SE, 2024.

SANTOS, Maria Cristina Ferreira dos. Ensino de História Natural e Biologia: reformas educacionais e programas da escola secundária (1920-1951). **Ensino & Multidisciplinaridade**, v. 7, n. 1, p. 78-90, 2021.

SEVERO, Carolina Asti. Preparo ao Lar: a disciplina de Economia Doméstica no Ginásio do Colégio Farroupilha (1942- 1961). In: IV EPHIS (Encontro de Pesquisas Histórias da PUCRS). **EdiPUCRS**, Porto Alegre, 2017.

SILVA, Poliana Moreira; GIULIANI, Carla Denari. Movimento Higienista: construção da figura feminina. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia/MG, v.31, n.2, 2018.

SOUZA, Kátia Viana de. **A disciplina Economia Doméstica e a formação feminina no Instituto de Educação Ruy Barbosa (1960-1970)**. 97 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tiradentes. Aracaju/SE, 2015.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl Michael. **Programa de Ensino da Escola Secundária Brasileira: 1850-1951**. Curitiba: Edição do Autor, 1998.

FONTES

1- Documentação do acervo do Colégio Estadual Murilo Braga (CEMB) - Itabaiana/SE

CEMB. Ata de prova oral de 1ª época da 1ª série turma A do curso ginásial de 1957. Ficha 834.

CEMB. Ata de resultados finais da 1ª série turma A do curso ginásial de 1956. Ficha 305.

CEMB. Ata de resultados finais da 2ª série do curso ginásial de 1956. Ficha 303.

CEMB. Ata de resultados finais da 3ª série do curso ginásial de 1956. Ficha 302.

CEMB. Ata de resultados finais da 4ª série do curso ginásial de 1956. Ficha 301.

CEMB. Ata de resultados finais da 3ª série do curso ginásial de 1957. Ficha 578.

CEMB. Ata de resultados finais da 4ª série do curso ginásial de 1957. Ficha 622.

CEMB. Ata de resultados finais da 1ª série turma A do curso ginásial de 1965. Ficha 453.

CEMB. Ata de resultados finais da 2ª série turma A do curso ginásial de 1965. Ficha 458.

CEMB. Ata de resultados finais da 3ª série turma B do curso ginásial de 1965. Ficha 459.

CEMB. Ata de resultados finais da 4ª série turma A do curso ginásial de 1965. Ficha 460.

CEMB. Boletim de informações do curso ginásial de 1950. Ficha 820.

CEMB. Boletim de informações do curso ginásial de 1952. Ficha 821.

CEMB. Boletim de informações do curso ginásial de 1953. Ficha 822.

CEMB. Caderneta da disciplina Economia Doméstica da 3ª Série do curso ginásial de 1956. Ficha 1505.

CEMB. Caderneta da disciplina Economia Doméstica da 4ª Série do curso ginásial de 1956. Ficha 1505.

CEMB. Caderneta da disciplina Economia Doméstica da 3ª Série do curso ginásial de 1957. Ficha 1506.

CEMB. Caderneta da disciplina Economia Doméstica da 3ª Série do curso ginásial de 1959. Ficha 1508.

CEMB. Caderneta da disciplina Economia Doméstica da 3ª Série do curso ginásial de 1960. Ficha 1509.

CEMB. Caderneta da disciplina Economia Doméstica da 4ª Série do curso ginásial de 1956. Ficha 1509.

CEMB. Caderneta da disciplina Economia Doméstica da 4ª Série do curso ginásial de 1961. Ficha 1510.

CEMB. Corpo docente em exercício do curso ginásial de 1950. Ficha 03.

CEMB. Corpo docente em exercício do curso ginásial de 1951. Ficha 860.

CEMB. Corpo docente em exercício do curso ginásial de 1952. Ficha 1009.

CEMB. Corpo docente em exercício do curso ginásial de 1953. Ficha 26.

CEMB. Corpo docente em exercício do curso ginásial de 1954. Ficha 65.

CEMB. Corpo docente em exercício do curso ginásial de 1955. Ficha 668.

CEMB. Corpo docente em exercício do curso ginásial de 1957. Ficha 630.

CEMB. Corpo docente em exercício do curso ginásial de 1958. Ficha 115.

CEMB. Corpo docente em exercício do curso ginásial de 1959. Ficha 153.

CEMB. Corpo docente em exercício do curso ginásial de 1966. Ficha 1054.

CEMB. Corpo docente em exercício do curso ginásial de 1967. Ficha 548.

CEMB. Corpo docente em exercício do curso ginásial de 1968. Ficha 490.

CEMB. Corpo docente em exercício do curso ginásial de 1969. Ficha 1026.

CEMB. Currículo do curso ginásial para o ano letivo de 1964. Ficha 922

CEMB. Currículo do curso pedagógico da ENRMB, do IERB e do CGN de 1968. Ficha 1526.

CEMB. Estatística de aproveitamento do curso ginásial de 1957. Ficha 579.

CEMB. Horários do curso ginásial de 1963. Ficha 1728.

CEMB. Livro de ponto dos professores do curso ginásial de 1960, 1961 e 1962. Ficha 1408.

CEMB. Ofício n. 23/69 de 21 de março de 1969. Ficha 695.

CEMB. Portaria n. 01/68 de 09 de março de 1968. Ficha 819.

2 - Legislações

BRASIL. Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, tornou a Educação Moral e Cívica uma disciplina obrigatória em todos os níveis de ensino no Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1969. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08 jun. 2025

———. Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário. Art. 25. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 8.347, de 10 de dezembro de 1945). Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8347-10-dezembro-1945-416352-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 05 jun. 2025.

———. Decreto-Lei nº 8.777, de 22 de janeiro de 1946. Dispõe sobre o registro definitivo de professores de ensino secundário no Ministério da Educação e Saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 jan. 1946. Seção 1, p. 1207. Disponível em:<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8777-22-janeiro-1946-416416-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 abr. 2025.

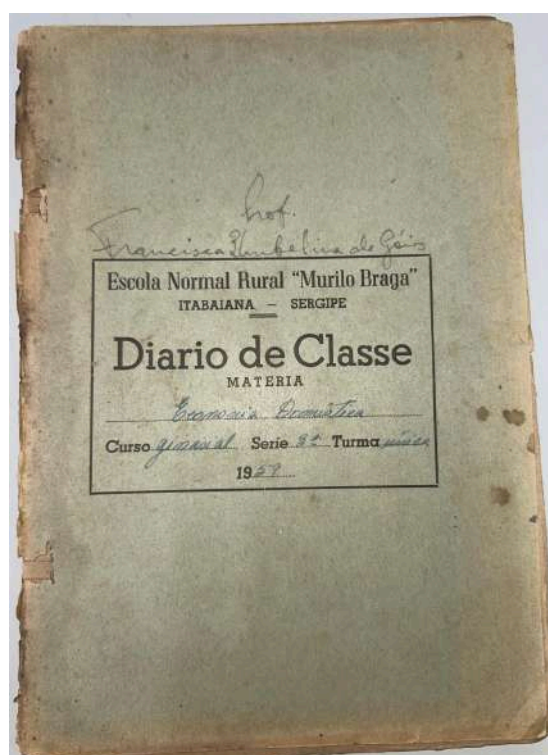
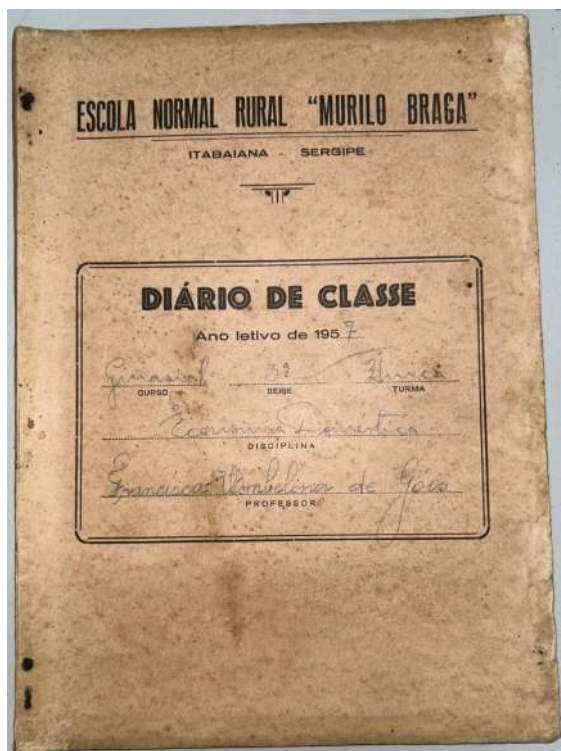
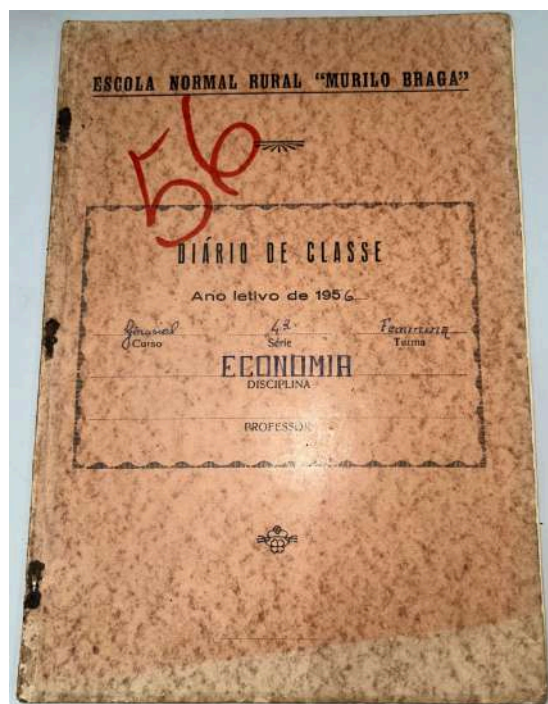
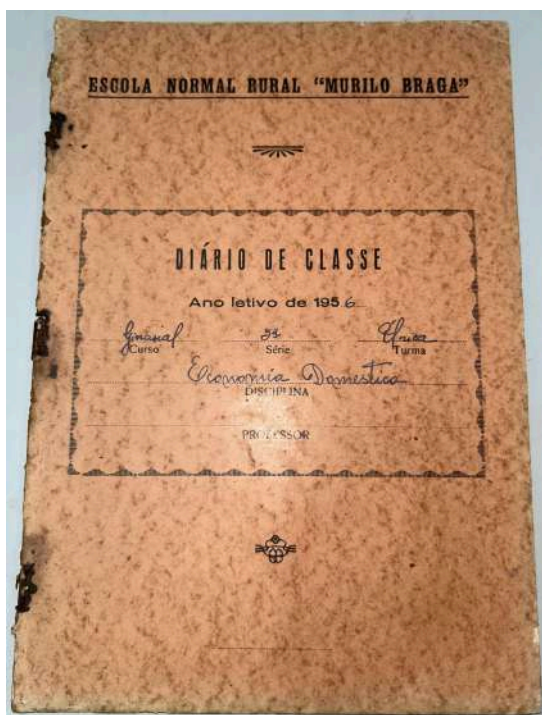
———. Lei nº 4.024, de 20 de novembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1961. Art. 97. Disponível em:<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 05 jun. 2025.

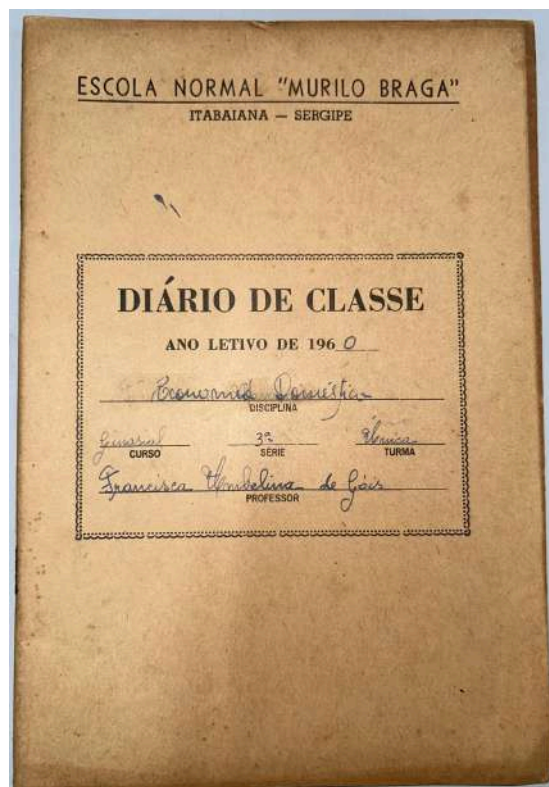
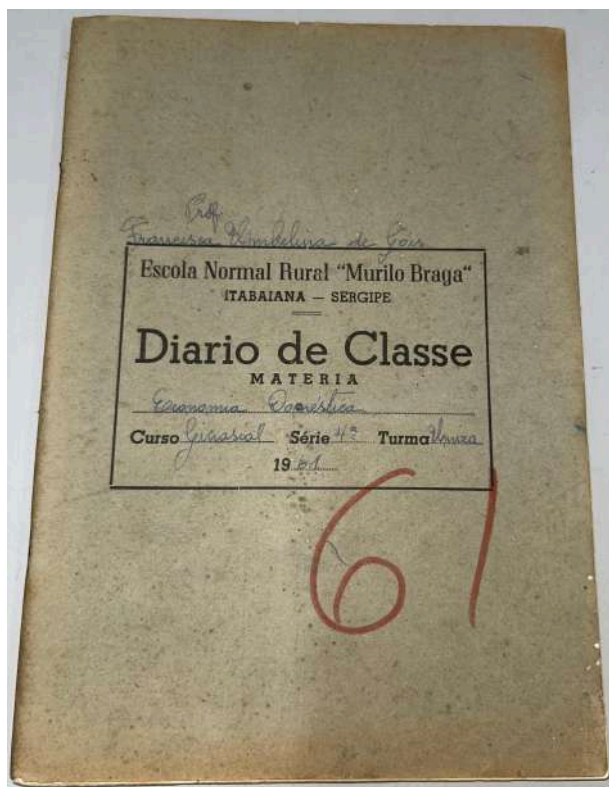
SERGIPE. Decreto-Lei nº 16, de 15 de maio de 1969. transforma a Escola Normal "Murilo Braga" em Colégio Estadual "Murilo Braga" e estabelece outras providências. Alese Legislativa, Aracaju, SE, 1969. Disponível em:<<https://aleselegis.al.se.leg.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/DL161969.html?identificador=38003800310034003A004C00>>. Acesso em: 05 jun. 2025.

———. Lei nº 212, de 29 de novembro de 1949. Dispõe sobre a criação de duas escolas normais rurais. Alese Legislativa, Aracaju, SE, 1949. Disponível em:<<https://aleselegis.al.se.leg.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L2121949.html>>. Acesso em: 10 abr. 2025.

ANEXOS

1- Cadernetas de Economia Doméstica (1956-1961)





2- Corpo Docente em Exercício (1953-1954)

Série	Materia	NOME DO PROFESSOR	Nº de registros em seu nome, assinando e rubricando	Assinatura para a rubrica de Exercicio
1ª, 2ª, 3ª, 4ª	Português	Melquides José de Sousa	Faz exame de matrícula	
" " " "	Latim	" " " "	" " " "	
" " " "	Francês	Pedro Garcia Moreno Filho	Faz exame de matrícula	
" " " "	Inglês	José Alves de Oliveira	" " " "	
" " " "	Matemática	José Guimarães	" " " "	
" " " "	Matemática	Melquides José de Sousa	" " " "	
" " " "	História Natural	Pedro Garcia Moreno Filho	Tel. nº. 267.900	
" " " "	História Geral	Imanol Costa Moura	" " " "	
" " " "	História do Brasil	Imanol Costa Moura	" " " "	
" " " "	Geografia Geral	Melquides José de Sousa	" " " "	
" " " "	Geografia do Brasil	" " " "	Tel. nº. 267.900	
" " " "	Trabalho	Cecília Teixeira	Faz exame de matrícula	
" " " "	Desenho	José Guimarães	" " " "	
" " " "	Canto Orfeônico	Lenita Forte Pereira	" " " "	
" " " "	Educação Física	José Guimarães	" " " "	
" " " "	História	" " " "	" " " "	

(Instituto) *P. J. J.*

Modelo nº 7

Série	Materia	NOME DO PROFESSOR	Nº de registros em seu nome, assinando e rubricando	Assinatura para a rubrica de Exercicio
1ª, 2ª, 3ª, 4ª	Português	Melquides José de Sousa	Registro nº. 19.714	
" " " "	Latim	" " " "	" " " "	
" " " "	Francês	Pedro Garcia Moreno Filho	Faz exame de matrícula	
" " " "	Inglês	Raimundo Lúcia da Silva	" " " "	
" " " "	Matemática	Enilde Guimarães Brito	" " " "	
" " " "	Ciências Naturais	Eliseu Almeida Rocha	" " " "	
" " " "	História Geral	Imanol Costa Moura	" " " "	
" " " "	História do Brasil	" " " "	" " " "	
" " " "	Geografia	Melquides José de Sousa	" " " "	
" " " "	Geografia do Brasil	" " " "	Tel. nº. 267.900	
" " " "	Trabalho	Cecília Teixeira	Registro nº. 19.884	
" " " "	Desenho	" " " "	" " " "	
" " " "	Canto Orfeônico	Lenita Forte Pereira	" " " "	
" " " "	Educação Física	José Guimarães	" " " "	

(Instituto) *P. J. J.*

Modelo nº 7

[illegible][illegible]

4- Livro de Ponto dos Professores (1961-1962)

Segunda-feira 20 de junho de 1911			
	1 ^a	Beneditina	
	2 ^a	Do Bairro	
	3 ^a	Beneditina	
	4 ^a	Beneditina	
13 ²⁰	5 ^a	Beneditina	
	6 ^a	Beneditina	
	7 ^a	Beneditina	
	8 ^a	Beneditina	
	9 ^a	Beneditina	
14 ⁵⁰	10 ^a	Beneditina	
	11 ^a	Beneditina	
	12 ^a	Beneditina	
	13 ^a	Beneditina	
	14 ^a	Beneditina	
	15 ^a	Beneditina	
15 ⁵⁰	16 ^a	Beneditina	
	17 ^a	Beneditina	
	18 ^a	Beneditina	
	19 ^a	Beneditina	
	20 ^a	Beneditina	
	21 ^a	Beneditina	
	22 ^a	Beneditina	
	23 ^a	Beneditina	
	24 ^a	Beneditina	
16 ⁴⁰	25 ^a	Beneditina	
	26 ^a	Beneditina	
	27 ^a	Beneditina	
	28 ^a	Beneditina	
	29 ^a	Beneditina	
	30 ^a	Beneditina	
	31 ^a	Beneditina	
	32 ^a	Beneditina	
	33 ^a	Beneditina	
	34 ^a	Beneditina	
	35 ^a	Beneditina	
	36 ^a	Beneditina	
	37 ^a	Beneditina	
	38 ^a	Beneditina	
	39 ^a	Beneditina	
	40 ^a	Beneditina	
	41 ^a	Beneditina	
	42 ^a	Beneditina	
	43 ^a	Beneditina	
	44 ^a	Beneditina	
	45 ^a	Beneditina	
	46 ^a	Beneditina	
	47 ^a	Beneditina	
	48 ^a	Beneditina	
	49 ^a	Beneditina	
	50 ^a	Beneditina	
	51 ^a	Beneditina	
	52 ^a	Beneditina	
	53 ^a	Beneditina	
	54 ^a	Beneditina	
	55 ^a	Beneditina	
	56 ^a	Beneditina	
	57 ^a	Beneditina	
	58 ^a	Beneditina	
	59 ^a	Beneditina	
	60 ^a	Beneditina	
	61 ^a	Beneditina	
	62 ^a	Beneditina	
	63 ^a	Beneditina	
	64 ^a	Beneditina	
	65 ^a	Beneditina	
	66 ^a	Beneditina	
	67 ^a	Beneditina	
	68 ^a	Beneditina	
	69 ^a	Beneditina	
	70 ^a	Beneditina	
	71 ^a	Beneditina	
	72 ^a	Beneditina	
	73 ^a	Beneditina	
	74 ^a	Beneditina	
	75 ^a	Beneditina	
	76 ^a	Beneditina	
	77 ^a	Beneditina	
	78 ^a	Beneditina	
	79 ^a	Beneditina	
	80 ^a	Beneditina	
	81 ^a	Beneditina	
	82 ^a	Beneditina	
	83 ^a	Beneditina	
	84 ^a	Beneditina	
	85 ^a	Beneditina	
	86 ^a	Beneditina	
	87 ^a	Beneditina	
	88 ^a	Beneditina	
	89 ^a	Beneditina	
	90 ^a	Beneditina	
	91 ^a	Beneditina	
	92 ^a	Beneditina	
	93 ^a	Beneditina	
	94 ^a	Beneditina	
	95 ^a	Beneditina	
	96 ^a	Beneditina	
	97 ^a	Beneditina	
	98 ^a	Beneditina	
	99 ^a	Beneditina	
	100 ^a	Beneditina	

	1 ^a B	Est. de Brasil	Est. de Brasil
	2 ^a B	Est. de Brasil	Est. de Brasil
11	3 ^a B	Est. de Brasil	Est. de Brasil
11	4 ^a B	Est. de Brasil	Est. de Brasil
15, 20	1 ^a A	Est. de Brasil	Est. de Brasil
11	1 ^a B	Est. de Brasil	Est. de Brasil
11	2 ^a B	Est. de Brasil	Est. de Brasil
11	3 ^a B	Est. de Brasil	Est. de Brasil
11	4 ^a B	Est. de Brasil	Est. de Brasil
15	1 ^a A	Est. de Brasil	Est. de Brasil
11	1 ^a B	Est. de Brasil	Est. de Brasil
11	2 ^a B	Est. de Brasil	Est. de Brasil
11	3 ^a B	Est. de Brasil	Est. de Brasil
11	4 ^a B	Est. de Brasil	Est. de Brasil
15, 20	1 ^a A	Est. de Brasil	Est. de Brasil
11	1 ^a B	Est. de Brasil	Est. de Brasil
11	2 ^a B	Est. de Brasil	Est. de Brasil
11	3 ^a B	Est. de Brasil	Est. de Brasil
11	4 ^a B	Est. de Brasil	Est. de Brasil
16, 20	1 ^a A	Est. de Brasil	Est. de Brasil
11	1 ^a B	Est. de Brasil	Est. de Brasil
11	2 ^a B	Est. de Brasil	Est. de Brasil
		Est. de Brasil	Est. de Brasil

